



DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 14 de outubro de 2011

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR N.º 277, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.
Altera a redação do art. 93 da Lei Complementar nº 224/2008, que trata da redução do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana sobre áreas *non aedificandi* e dispõe sobre a concessão de anistia aos imóveis em processo de tombamento.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I C O M P L E M E N T A R Nº 2 7 7

Art. 1º O art. 93 da Lei Complementar nº 224, de 13 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana poderá ser reduzido em 75% (setenta e cinco por cento) relativamente às áreas *non aedificandi*, entendidas estas como áreas reservadas dentro de terrenos de propriedade privada, que ficam sujeitas à restrição ao direito de construir, por razões de ordem legal e de interesse urbanístico, nos termos da legislação federal e municipal.

§ 1º O benefício previsto no *caput* deste artigo não abrange porções de terreno onde não incidam a restrição de área *non aedificandi* e que possam ser plenamente ocupados e edificados, bem como os terrenos que possuam edificações irregulares.

§ 2º A redução do tributo de que trata o presente artigo deverá ser solicitada pelo contribuinte através de requerimento próprio, indicando por meio de levantamento o local exato do terreno onde se encontra inserida a área *non aedificandi* e suas respectivas medidas, assinado por profissional habilitado e recolhida a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica respectiva, devendo tal pedido ser protocolado sempre até 31 de dezembro do ano anterior à ocorrência do fato gerador do tributo sobre o qual se pretende obter a redução, sob pena de perda do benefício fiscal para aquele ano.

§ 3º Para fazer *jus* à obtenção do benefício descrito no presente artigo, o contribuinte deverá, ainda, realizar, periodicamente, a manutenção, arborização e limpeza da área *non aedificandi*, mantendo-a livre de entulho e sujeira e comprovar o cumprimento de tais obrigações quando da análise do pedido de que trata o § 2º, retro, através de vistoria da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente, sob pena de não receber a concessão do benefício para aquele ano.

§ 4º O Poder Executivo poderá regulamentar o presente artigo, no que couber.” (NR)

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder anistia de multas e juros dos tributos não recolhidos até a data de entrada em vigor da presente Lei Complementar, relativamente ao período em que os imóveis estiveram em processo de tombamento, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 171, de 13 de abril de 2.005 e suas alterações ou de leis editadas anteriormente a esta, desde que haja parecer prévio e favorável do CODEPAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

§ 1º A anistia de que trata o *caput* do presente artigo poderá ser concedida após requerimento do contribuinte, desde que interposto no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei Complementar, podendo este prazo ser prorrogado por igual período mediante Decreto do Poder Executivo, sob a condição de pagamento dos tributos devidos.

§ 2º Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da dívida e haja descumprimento do pagamento, o mesmo perderá o direito ao benefício previsto neste artigo.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 06 de outubro de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Finanças

ROSÂNGELA MARIA RIZZOLO CAMOLESE
Secretária Municipal da Ação Cultural

FRANCISCO ROGÉRIO VIDAL E SILVA
Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

PORTARIA N.º 3.573, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.
Nomeia Carlos Alberto Felipe Soares e Ana Sílvia da Silva Dias, respectivamente, Chefe da Delegação do Município de Piracicaba e Assistente, para participação no “75º Jogos Abertos do Interior”.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, usando das suas atribuições,

R E S O L V E

Art. 1º Nomear Carlos Alberto Felipe Soares e Ana Sílvia da Silva Dias, respectivamente, Chefe da Delegação do Município de Piracicaba e Assistente, para participação no “75º Jogos Abertos do Interior” evento que será realizado no período de 07 a 19 de novembro de 2011, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Os trabalhos desenvolvidos pelos servidores ora nomeados à frente da Delegação Piracicabana serão gratuitos e considerados de relevância para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 11 de outubro de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

PEDRO ANTONIO DE MELLO
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

LEI N.º 7.132, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.
Dispõe sobre denominação de via pública no loteamento Residencial Terras de Ártemis, no Distrito de Ártemis, neste município.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I Nº 7 1 3 2

Art. 1º Fica denominada de “Inês Antonio”, Cidadã Prestante, a Rua 02 (dois) do loteamento Residencial Terras de Ártemis, no Distrito de Ártemis, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 06 de outubro de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador José Pedro Leite da Silva.

LEI N.º 7.133, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.
Dispõe sobre denominação de prolongamento de via pública no loteamento Residencial Terras de Ártemis, no Distrito de Ártemis, neste município.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I Nº 7 1 3 3

Art. 1º Fica denominada de “Julio Quinelatto”, prolongamento, o trecho de rua compreendido entre a Rua Julio Quinelatto já existente e a Avenida “A”,

no loteamento Residencial Terras de Ártemis, no Distrito de Ártemis, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 06 de outubro de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador José Pedro Leite da Silva.

LEI N.º 7.134, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.
Dispõe sobre denominação de via pública no loteamento Residencial Terras de Ártemis, no Distrito de Ártemis, neste município.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I Nº 7 1 3 4

Art. 1º Fica denominada de “Cecília Robertina Antonio de Oliveira”, Cidadã Prestante, a Rua 11 (onze) do Loteamento Residencial Terras de Ártemis, no Distrito de Ártemis, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 06 de outubro de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador José Pedro Leite da Silva.

LEI N.º 7.135, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.
Dispõe sobre denominação de via pública no loteamento Residencial Terras de Ártemis, no Distrito de Ártemis, neste município.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I Nº 7 1 3 5

Art. 1º Fica denominada de “Amélia Christofoletti Gimenes”, Cidadã Prestante, a Rua 04 (quatro) do loteamento Residencial Terras de Ártemis, no Distrito de Ártemis, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 06 de outubro de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador José Pedro Leite da Silva.



LEI N.º 7.136, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.922, de 17 de maio de 1988, alterada pelas Leis Municipais de nº 3.011/89, nº 3.231/09 e nº 6.817/10 e dá outras providências.	
BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,	
Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte	
L E I N º 7 1 3 6	
Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei Municipal nº 2.922, de 17 de maio de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:	
"Art. 1º ...	
§ 1º Integrarão, necessariamente, a programação as seguintes datas:	
I - 15 de abril - Dia do Rio Piracicaba;	
II - 21 de abril - Tiradentes;	
III - 05 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia;	
IV - 09 de julho - Revolução Constitucionalista de 32;	
V - 1º agosto - Fundação de Piracicaba;	
VI - 07 de setembro - Independência do Brasil;	
VII - 04 de outubro - Aniversário de Prudente de Moraes;	
VIII - 15 de novembro - Proclamação da República;	
IX - 19 de novembro - Dia da Bandeira, do Brasão das Armas, do Hino e o Selo Nacional." (NR)	
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	
Prefeitura do Município de Piracicaba, em 06 de outubro de 2011.	
BARJAS NEGRI Prefeito Municipal	
MILTON SÉRGIO BISSOLI Procurador Geral do Município	
Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.	
MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa	
Autoria do Projeto: Mesa Diretora.	

LEI N.º 7.137, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011. Autoriza o Município de Piracicaba a celebrar convênio de cooperação técnica com a Associação Vida e Amor - AVA, visando à cooperação entre as partes com vistas à execução de programa de atendimento a usuários abusivos ou dependentes de álcool e outras drogas em modelo de Comunidade Terapêutica, articulado aos serviços de saúde do município e dá outras providências.	
BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,	
Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte	
L E I N º 7 1 3 7	
Art. 1º Fica o Município de Piracicaba autorizado a celebrar convênio de cooperação técnica com a Associação Vida e Amor - AVA, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 06.130.332/0001-77, objetivando a cooperação entre as partes, com vistas à execução de programa de atendimento a usuários abusivos ou dependentes de álcool e outras drogas em modelo de Comunidade Terapêutica, articulado aos serviços municipais de saúde.	
§ 1º Os objetivos específicos do convênio e as obrigações das convenientes constam da minuta que fica fazendo parte integrante desta Lei.	
§ 2º Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem a efetivar os objetivos do convênio de que trata a presente Lei, o Município de Piracicaba promoverá a celebração de termos aditivos e outros instrumentos legais que se façam necessários.	
Art. 2º Fica a Prefeitura do Município de Piracicaba autorizada, desde logo, a realizar despesas, anualmente, até o montante de R\$ 306.324,00 (trezentos e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais) ou até o valor consignado na Lei Orçamentária Anual, decorrentes da execução do convênio de cooperação técnica de que trata esta Lei.	
Parágrafo único. As despesas de que trata o <i>caput</i> do presente artigo, se darão através das dotações orçamentárias nº 14011 – 10.122.0027.2431 – 335039, da Secretaria Municipal de Saúde, para o exercício de 2.011 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas oportunamente, se necessário.	
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	
Prefeitura do Município de Piracicaba, em 06 de outubro de 2011.	
BARJAS NEGRI Prefeito Municipal	
JOSÉ ADMIR MORAES LEITE Secretário Municipal de Finanças	
FERNANDO ERNESTO CÁRDENAS Secretário Municipal de Saúde	
MILTON SÉRGIO BISSOLI Procurador Geral do Município	
Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.	
MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa	

MINUTA	
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIRACICABA E A ASSOCIAÇÃO VIDA E AMOR - AVA.	
O MUNICÍPIO DE PIRACICABA, com sua sede administrativa inscrita no CNPJ sob nº 46.341.038/0001-29, localizada na Rua Antônio Correia Barbosa nº 2233, Chácara Nazaré, nesta cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, BARJAS NEGRI (qualificação completa) e a ASSOCIAÇÃO VIDA E AMOR - AVA, doravante denominada CONVENIADO, entidade civil sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 06.130.332/0001-77, com sede à Rodovia SP 304, Km 157, bairro Unileste, em Piracicaba, Estado de São Paulo, neste ato representado por MARIA ELISA SOUTO RANALI, brasileira, inscrito no CPF nº 555.695.528-04 e portador do RG nº 5.500.320-5, celebram o presente Convênio de Cooperação Técnica em conformidade com a Lei Municipal nº e mediante as cláusulas e condições que seguem:	
CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETIVOS	
1.1. São objetivos do presente convênio de cooperação técnica, oferecer e dar condições para o desenvolvimento do programa de atendimento a usuários abusivos ou dependentes de álcool e outras drogas em modelo de Comunidade Terapêutica, articulado aos serviços municipais de saúde.	
CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
2.1. A ASSOCIAÇÃO VIDA E AMOR disponibilizará um número mínimo de leitos e uma estrutura de recursos humanos e recursos materiais compatível com o atendimento das necessidade desses pacientes, trabalhando em rede articulado às unidades municipais de saúde e buscando através do modelo de Comunidade Terapêutica, tratar, reabilitar e reinserir socialmente com apoio da rede de serviços de saúde e assistência social do município, usuários abusivos ou dependentes de álcool e outras drogas do sexo masculino, maiores de 18 anos, encaminhados pelos serviços de saúde do município.	
2.2. Caso as unidades municipais de saúde apontem a necessidade de abertura de novos leitos para atendimento da demanda municipal, as cláusulas deste convênio poderão ser revistas de comum acordo entre as partes e mediante a elaboração de um termo aditivo.	
2.3. A eventual mudança de estabelecimento do CONVENIADO será imediatamente comunicada à CONVENENTE, que analisará a conveniência de manter os atendimentos ora CONVENIADOS em outro endereço, podendo a CONVENENTE rever as condições deste convênio e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.	
2.4. A mudança do responsável técnico também, será comunicada à CONVENENTE.	
CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS	
3.1. A cooperação técnica ora conveniada será prestada diretamente por profissionais do CONVENIADO e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos itens 3.2.1 a 3.2.3. desta cláusula, serão admitidos nas dependências do estabelecimento do convênio.	
3.2. Para os efeitos deste convênio consideram-se profissionais do CONVENIADO:	
3.2.1. O profissional que tenha vínculo de emprego com o CONVENIADO;	
3.2.2. O profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços ao CONVENIADO ou, se por este autorizado;	
3.2.3. o profissional que, não estando incluído nas categorias referidas nos itens anteriores, é admitido pelo CONVENIADO nas suas instalações para prestar o atendimento;	
3.3. Equipara-se ao profissional autônomo definido no item 3.2.2 a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.	
3.4. O CONVENIADO não poderá cobrar do paciente ou de seu acompanhante qualquer complementação ou valor pelo atendimento prestado nos termos deste convênio.	
3.5. O CONVENIADO responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio.	
3.6. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONVENENTE sobre a execução das atividades deste convênio, os CONVENIADOS reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Federal nº 8.080/90 e da Lei Orgânica do Município de Piracicaba, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida ao CONVENIADO.	
3.7. É de responsabilidade exclusiva e integral do CONVENIADO a utilização de pessoal para a execução de objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculos empregatícios, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o CONVENENTE e, ainda, os atendimentos realizados não implicarão em vínculo empregatício e nem em exclusividade de colaboração entre o CONVENENTE e o CONVENIADO.	
3.8. Os CONVENENTES se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do presente convênio ou de seus termos aditivos, sendo vedada, sem autorização por escrito dos mesmos, sua divulgação a terceiros dos conhecimentos técnicos específicos adquiridos e outros dados particulares a eles referentes.	
3.9. As disposições de sigilo constantes desta cláusula não se aplicam quando qualquer informação, no todo ou em parte, se enquadrar nos seguintes casos:	
3.9.1. As participes, por escrito, anuírem o contrário;	

3.9.2. For comprovadamente e de forma legítima do conhecimento dos CONVENENTES em data anterior à assinatura do presente convênio ou de seus termos aditivos;	
3.9.3. Tenha caído em domínio público antes de sua divulgação, ou mesmo após, desde que não tenha qualquer culpa dos CONVENENTES;	
3.9.4. Tenha recebido legitimamente de um terceiro que lícitamente não estava obrigado a guardar confidencialidade;	
3.9.5. Por determinação judicial e/ou governamental para conhecimento de informações, desde que notificada imediatamente a outra participe, previamente à liberação e sendo requerido segredo no seu trato judicial e/ou administrativo.	
3.10. Os CONVENENTES se comprometem a repassar aos seus servidores e empregados envolvidos no objetivo deste convênio ou de seus termos aditivos, as obrigações de sigilo aqui constantes.	
CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO	
4.1. Para o cumprimento do objeto deste convênio o CONVENIADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso necessário ao seu regular atendimento, prestado este com os padrões de qualidade determinados pela Secretaria Municipal de Saúde.	
4.2. O CONVENIADO obriga-se, ainda, a:	
4.2.1. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, observando-se as execuções preventivas em lei;	
4.2.2. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;	
4.2.3. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade do atendimento prestado;	
4.2.4. Afixar aviso, em local visível, de sua condição de prestador de serviços integrantes do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;	
4.2.5. Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio;	
4.2.6. Notificar o CONVENENTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionários e de mudança de sua Diretoria, convênio ou estatuto, enviando ao CONVENENTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas;	
4.2.7. Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;	
4.2.8. Sempre que solicitado, o CONVENIADO fica obrigado a fornecer ao paciente relatório de atendimento prestado;	
4.2.9. Providenciar e manter sempre vigente sua declaração de utilidade pública municipal, nos termos da Lei Municipal nº 5.735, de 24 de maio de 2.006 e suas alterações e apresentá-la quando da prestação de contas.	
4.2.10. Prestar contas da aplicação dos recursos municipais que lhe forem repassados seguindo orientação da Secretaria Municipal de Saúde e do Controle Interno do Município, dentro dos prazos previstos no presente convênio.	
4.3. O CONVENIADO fica obrigado a manter atualizado o prontuário e arquivo médico dos pacientes, pelo prazo estabelecido no item 4.2.1. e fornecê-lo aos auditores do CONVENENTE, nos termos das Normas Técnicas de Auditoria adotado pelo Ministério da Saúde e do Código de Ética do Médico.	
CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONVENIADO	
5.1. O CONVENIADO é responsável pela indenização de danos causados ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou prepostos, ficando assegurado ao CONVENENTE o direito de regresso.	
5.2. O CONVENIADO deverá facilitar por todos os meios a fiscalização e o acompanhamento da execução deste convênio pelos órgãos competentes do CONVENENTE, principalmente pela Secretaria Municipal de Saúde.	
5.3. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por má prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor.	
CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS	
6.1. O valor anual estimado para a execução do presente convênio importa em, sendo que será repassado pelo Município, com recursos provenientes do orçamento municipal e será custeado pelo CONVENIADO, através do pagamento de profissionais e de despesas de custeio da própria entidade.	
CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
7.1. Os recursos para cobertura das despesas relativas à execução das atividades objeto do presente convênio e que serão custeadas com dotações do orçamento municipal para ano, terão a seguinte classificação orçamentária:	
7.2. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias, que forem aprovadas para os respectivos orçamentos anuais do Fundo Municipal de Saúde.	



CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste convênio, para a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos tratamentos prestados.

8.2. Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

8.3. Anualmente, o CONVENIENTE vistoriará as instalações do CONVENIADO para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas do CONVENIADO, comprovadas por ocasião da assinatura deste convênio.

8.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONVENIADO poderá ensejar a não prorrogação deste convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.

8.5. A fiscalização exercida pelo CONVENIENTE sobre a execução do presente convênio não eximirá o CONVENIADO da sua plena responsabilidade perante o CONVENIENTE, ou para com os pacientes e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste.

8.6. O CONVENIADO facilitará ao CONVENIENTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos atendimentos e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONVENIENTE designados para tal fim.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. O CONVENIADO deverá prestar contas dos recursos municipais repassados sempre até 31 de janeiro do exercício financeiro subsequente ao do repasse, observadas as normas específicas do Tribunal de Contas e do Controle Interno do Município.

9.2. Os recursos municipais deverão ser aplicados em conta específica e enquanto não utilizados pelo CONVENIADO serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, sendo certo que os valores resultantes de tais aplicações deverão ser utilizados no objeto do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.2. Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Rescisão do Convênio, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos e todas as demais providências, respeitadas as atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

11.1. O prazo de vigência do presente convênio será de 60 (sessenta) meses, tendo por termo inicial a data de sua assinatura.

11.2. A prorrogação da vigência nos exercícios financeiros subsequentes, dependerá de comum acordo entre as partes e da disponibilidade de dotações orçamentárias e financeiras próprias no orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

11.3. Qualquer alteração do presente convênio será objeto de Termo Aditivo, formalizado de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente convênio terá como base legal a Lei Municipal nº..... e, no que couber, se aplicarão os dispositivos constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

12.2. O presente convênio será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município.

12.3. As partes elegem o Foro da Comarca de Piracicaba – Vara da Fazenda Pública, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir questões oriundas do presente convênio que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

E, por estarem as partes justas e acertadas, firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Piracicaba,

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO VIDA E AMOR - AVA
Presidente

Testemunhas:

Nome:
R.G.:

Nome:
R.G.:

DECRETO N.º 14.315, DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.
Permite o uso, a título precário, gratuito e não exclusivo, à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO “NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E ADJACÊNCIAS”, das dependências do VAREJÃO MUNICIPAL DOS BAIRROS PRIMAVERA/FÁTIMA e dá outras providências.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no § 4º, do art. 44, da Lei Orgânica do Município de Piracicaba o qual dispõe que “o uso de bens municipais por terceiros pode ser feito mediante concessão, permissão ou autorização conforme o caso, e se o interesse público exigir ... a permissão que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto”;

CONSIDERANDO que o uso de bem público somente deve ser permitido “desde que a utilização seja também de interesse da coletividade que irá fruir de certas vantagens desse uso, que se assemelha a um serviço de utilidade pública” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Ed. Malheiros. 26ª ed. atual. 2001. 486 p.),

D E C R E T A

Art. 1º Fica permitido o uso, a título precário, gratuito e não exclusivo, à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO “NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E ADJACÊNCIAS”, inscrita no CNPJ sob n.º 07.384.499/0001-27, localizada à Rua João Alves de Almeida, nº 357, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Piracicaba/SP, representada por seu Presidente EDINELSON CASTELLO, portador do RG nº 9.196.023 e do CPF nº 716.938.078-15, das dependências do VAREJÃO MUNICIPAL DOS BAIRROS PRIMAVERA/FÁTIMA.

§ 1º A permissão de que trata o caput do presente artigo terá validade a partir da publicação do presente Decreto até 31 de dezembro de 2012, podendo ser revogada a qualquer tempo ou renovada, conforme interesse das partes.

§ 2º A posse do varejão municipal será transferida à permissionária a partir da assinatura do Termo de Declaração, parte integrante deste Decreto.

§ 3º A outorgada deverá obedecer às normas e critérios estabelecidos para a utilização do Varejão Municipal e demais normas expedidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

§ 4º A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento poderá requisitar o espaço do Varejão Municipal, mediante aviso prévio com uma semana de antecedência.

Art. 2º São condições da presente permissão, a serem observadas pela outorgada:

I - pagar todos os tributos, tarifas ou preços públicos de sua responsabilidade e providenciar alvará de funcionamento dos eventos cuja legislação municipal assim exija;

II - responsabilizar-se pela segurança do Patrimônio Público, exceto nos dias em que houver varejão;

III - realizar, previamente, vistoria no local, manifestando-se, expressamente, sobre sua infraestrutura básica e demais condições;

IV – os serviços de água, luz e rede de alimentação elétrica, tanto no consumo como nas instalações, serão de responsabilidade da outorgante, considerando-se tais serviços como infraestrutura básica já existente no varejão, porém, eventuais extensões desses serviços correrão por conta e risco da outorgada;

V – a montagem, desmontagem, instalações técnicas e equipamentos durante a realização de eventos serão de total responsabilidade da outorgada;

VI – qualquer dano nas instalações de equipamentos ou, ainda, o seu uso indevido, sem consulta prévia por parte da outorgada, acarretará na sua recuperação ou reposição total e/ou parcial, sempre às suas expensas, sendo que qualquer interferência no Varejão Municipal caracterizar-se-á em crime de responsabilidade;

VII – na montagem de qualquer evento, não será permitido o uso de edifícios e elementos arquitetônicos do Varejão Municipal para suporte ou fixação de equipamentos e instalações;

VIII – a outorgante não se responsabilizará por eventuais danos que possam ocorrer com qualquer bem da outorgada instalado no Varejão Municipal, sendo a guarda e manutenção de todo o acervo particular de inteira responsabilidade da mesma;

IX – os estacionamentos de veículos antes, durante e após os eventos promovidos pela outorgada serão regulados pelos dispositivos que se seguem:

a) não serão permitidos o acesso e a permanência de qualquer veículo dentro das dependências do Varejão Municipal;

b) terão livre acesso os veículos de segurança pública e os carros oficiais da Prefeitura.

X – a outorgada em todos os eventos por ela promovidos deverá atender, integralmente, às determinações do Corpo de Bombeiros de Piracicaba, que prescreverá os equipamentos de segurança necessários;

XI – a Defesa Civil, em conjunto com a Brigada de Emergência do Centro Cívico, Cultural e Educacional “Florivaldo Coelho Prates”, poderá, também e a qualquer tempo, vistoriar o local e tomar as providências cabíveis, inclusive interdição se os dispositivos de segurança estiverem em desacordo com o previamente exigido pelo Corpo de Bombeiros de Piracicaba.

XII – deverá à permissionária atender às requisições para utilização do espaço ora permitido levadas a efeito por qualquer das secretarias municipais e órgão da Administração Pública local.

Art. 3º Fica expressamente vedada à outorgada realizar a locação ou qualquer outra modalidade de outorga a terceiros do Varejão Municipal.

Art. 4º A permissão de uso ora outorgada não acarretará ônus para a Prefeitura do Município de Piracicaba, responsabilizando-se a permissionária pela regular utilização e manutenção do imóvel, incluindo reparos e reformas necessárias e por quaisquer danos materiais ou morais decorrentes de sua inapropriada utilização.

Art. 5º A permissão de que trata o art. 1º, retro, se faz a título precário, portanto revogável de pleno direito, a qualquer tempo, desde que não haja mais interesse público fundamentado em sua manutenção ou quando do descumprimento ou da não observância das condições estabelecidas neste Decreto, sendo que nestes casos a permissão será revogada sem direito a qualquer tipo de retenção ou indenização.

Parágrafo único. No caso de revogação do presente Decreto a permitente informará à permissionária sua intenção com 90 (noventa) dias de antecedência

Art. 6º Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Art. 7º Será competente para dirimir eventuais dúvidas surgidas a respeito da presente permissão, não resolvidas administrativamente, o foro da Comarca de Piracicaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 07 de outubro de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

WALDEMAR GIMENEZ
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO N.º 14.317, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.
Renova a Declaração de Utilidade Pública Municipal da Pastoral do Serviço da Caridade – PASCA, concedida através Do Decreto nº 5.079/89.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, da Lei nº 5.735/06, alterada pelas de nº 6.198/08 e nº 6.910/10, bem como o parecer favorável do Conselho Municipal da Assistência Social, constante de fls. 21, do Processo Administrativo nº 49.656/2011, desta Prefeitura Municipal,

D E C R E T A

Art. 1º Fica renovada a Declaração de Utilidade Pública Municipal, expedida através do Decreto nº 5.079, de 31 de outubro de 1989, da PASTORAL DO SERVIÇO DA CARIDADE - PASCA, inscrita no CNPJ sob nº 55.356.075/0001-00, com sede à Avenida Luciano Guidotti, nº 166, Bairro Higienópolis, em Piracicaba/SP.

Art. 2º A presente renovação é válida por 02 (dois) anos a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 11 de outubro de 2011.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

MARIA ANGÉLICA F. S. GUÉRCIO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº 58/2011

Objeto: Execução de obras para remodelação viária com alargamento de via no Bairro Algodão, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos.

Homologo o procedimento licitatório acima descrito, conforme o parecer da Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações, ficando o objeto licitado **ADJUDICADO** a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) ITEM(S)
Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda. 01.

Piracicaba, 11 de outubro de 2011.

Barjas Negri
Prefeito Municipal



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Divisão de Cadastro Técnico

Comunicado

Oracy Franco Junior
Protocolo nº 105.758 / 2011

Informamos que para atender o solicitado, necessitamos que o requerente apresente o projeto de desdobro que originou a matrícula 95.264. Não apresentação do solicitado, no prazo de 60 dias, implicará no arquivamento do processo.

Comunicado

Edson Carlos Giusti
Protocolo nº 106.431 / 2011

Informamos que para atender à solicitação de V. S.^a, quanto ao cadastramento de área, necessitamos que o requerente apresente croqui de localização assinado por Eng^o responsável, com a localização exata da área no mapa do município, e informando a distância de uma rua oficial. Não apresentação do solicitado, no prazo de 60 dias, implicará no arquivamento do processo.

Departamento de Administração Fazendária
Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 43/2011

Pelo presente Edital fica(m) CIENTIFICADO(S) do lançamento do Imposto Sobre Serviços – ISS incidente sobre a construção, reforma, ampliação ou demolição de imóveis conforme Visto de Conclusão (Habite-se) ou Certidão de Regularização expedida pelo Departamento de Engenharia, efetuado conforme determina o Artigo 269 e Parágrafos da Lei Complementar No. 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal), os contribuintes abaixo relacionados, ficando os mesmos convocados a comparecer na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, sito a Rua Antônio Corrêa Barbosa nº. 2233 – 4º. Andar , nos termos do Artigo 3º., da Instrução Normativa No. 25/2008, de 28/11/2008, a fim de retirar(em) a(s) respectiva(s) guia(s) de recolhimento, sem prejuízo dos acréscimos relativos à correção monetária, multa de mora e juros moratórios, e providenciar(em) a sua quitação.

O não atendimento do presente Edital de Lançamento no prazo de 15 (quinze) dias acarretará na inscrição do débito respectivo junto a Dívida ativa do Município, conforme determina o Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar No. 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 10 de Outubro de 2011

PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	ASSUNTO
11371/1993	JULIO SOARES DE BARROS	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
13954/1993	CLAUDIA CHIARINI MONTEIRO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
201/1996	FLAVIO RENATO MAGRINI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
19888/1996	ANTONIO LUIZ GRANDIS	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
21278/1996	EDILENE ISABEL GIACOMELLI DA SILVA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
1475/1997	DIMAS PEDROZO E SILVA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
5975/1997	JOÃO RIBEIRO DE SOUZA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
6260/1997	LUIZ CARLOS ZANARDO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
13709/1997	ISABEL ALVES DE OLIVEIRA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
2634/1998	ADRIANO DA SILVA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
6747/1998	HUGUES FERREIRA DIAS	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
11874/1998	PERO BORTOLETO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
16465/1998	MAURICIO DIAS BATISTA FILHO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
18327/1998	ATAIDE SILVA VIANA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
3781/1999	JULIO CESAR CIRIACO DE CAMARGO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
4288/1999	ANTONIO RAMIRO VIANA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
5378/1999	JANISLAINE AP. BROIO DE GODOY	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
9570/1999	ALTAIR BRAGA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
16766/1999	MARIA APARECIDA DE SOUZA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
26582/2000	LIOSSVALDO DE OLIVEIRA SANTOS	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
28040/2001	SHEILA AP. M. DOS SANTOS ROSA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
9909/2004	PAULA DE CASSIA ROVAI DE SOUZA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
22332/2004	CARREFOUR COMERCIO E INDUST. LTDA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
23709/2004	DORIVAL DE TOLEDO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
3765/2005	EDERALDO LOPES	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
8977/2005	MARIA AP. G. FORNAZARO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
12027/2005	RUBENS APARECIDO ZILIO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
29326/2005	DOUGLAS FABRETTI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
13472/2006	WALDIHE MENDES DA SILVA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
13178/2007	JOSE REINALDO DA CRUZ	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
48429/2007	CLAUDIO GOMES	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
82825/2007	SAMUEL DONIZETE DELAZARO E OUTRO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
68704/2008	JACKS JORGE JUNIOR	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
140385/2008	IZIRA FAUSTINO CIRINO FRANCO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
146931/2008	JAIR PEREIRA MUNHÕES	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
20187/2009	CARLOS ALBERTO ALVES CANTUÁRIA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
30645/2009	MARIA APARECIDA GOISSIS	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
86436/2009	PAULO HENRIQUE BARRIOS DE TOLEDO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
110242/2009	ANTONIO MAICHAK	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
110915/2009	KATIA CILENE DO CARMO MAFFEZZOLI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
115906/2009	EURIPEDES PEREIRA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
143031/2009	JOSEFA MARIA FURTUOSO TRAJANO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
153087/2009	JOÃO BENEDITO MENDES	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
153370/2009	ANGELINA ABREU DE SOUSA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
153844/2009	CELISA PELUSO FROIS	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
153950/2009	MELISSA SCHIAVINATTO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
153986/2009	GERALDO ROQUE BONETTE	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
154355/2009	LUIZ ROSA DE MELLO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
154646/2009	TANIA AP. COVOS RODRIGUES	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
16152/2010	JOSE ANTONIO GOUVEIA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
23254/2010	ROSIVAL SOARES	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
45326/2010	JOSE LUIZ MODOLO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
58211/2010	LUCAS TIAGO VIECELI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
60995/2010	MARCIO ANTONIO CAPELLARI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO

72450/2010	VERA LUCIA CAMOLESI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
77224/2010	JEFERSON EDUARDO TAVARES BRANCO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
78639/2010	CLEUZA MARIA DOS SANTOS SILVA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
116294/2010	EVANDRO LUIS MEDINA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
122047/2010	AYLZA MARIA MUNHOZ	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
142377/2010	LUCIANE M. C. FOGAGNOLI MARTINI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
145608/2010	ARIOVALDO MARTINS TRINCA E OUTRA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
3666/2011	MARCIA REGINA GOMES DA SILVA	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
20422/2011	TATIANE TREVELIN GRAZIANI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
26069/2011	WALDEMAR TORIN JUNIOR	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
28083/2011	WALDEMAR AMBROSIO	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO
55902/2011	LUIZ ROBERTO MORETTI	EDIFICAÇÃO-CONSTRUÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Núcleo de Apoio Administrativo

Convocação de Professores Substitutos de Educação Infantil

Segue abaixo o texto para a publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba a fim de convocar 10 (dez) Professores Substitutos de Educação Infantil:

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba leva ao conhecimento dos interessados que ficam convocados (as) os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as) classificados (as) no PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Edital nº 01/2011, para comparecerem, na Secretaria Municipal de Educação, Rua Marechal Deodoro, nº 1945, no dia **21 de outubro de 2011. Horário: 9:00 /11:00 – 14:00/16:00 horas**, munidos(as) de documentos da relação anexa:

- Xerox:**
- Antecedente Criminal – Despachante- Delegacia de Policia;
 - R.G.- Documento de Identidade;
 - Titulo de eleitor; (1º e 2º turno)
 - Comprovante da última Votação;
 - CPF – Cadastro de Pessoa Física;
 - Carteira de Trabalho (foto e qualificação civil);
 - Certidão de Nascimento ou Casamento;
 - Certidão de Nascimento dos Filhos;
 - Cartão do PIS/PASEP;
 - Diploma de Conclusão do Ensino Médio, na modalidade Normal (Magistério), com formação em Ensino Fundamental ou Curso Normal Superior com formação em Ensino Fundamental ou Licenciatura em Pedagogia, com formação em Ensino Fundamental.
 - 2 (duas) fotos 3x4 recentes

Classificação / Nome

58º JHENIFER ZANUZZI

59º RITA DE CASSIA BASTOS DA SILVA

60º RENATA BOIANI MALENA

61º ERIKA MEDEIROS

62º LEILA SABRINA ESTEVAM DA SILVA

63º KATIA ROSELENE DE CAMARGO AGUIRRE

64º ROSELI OLIVEIRA DOS SANTOS

65º GILDA PERPETUA DA SILVA

66º FERNANDA NOZELLA

67º BERENICE GUEDES LIMA DE NOVAIS

O não comparecimento no dia e horário estipulados será considerado como desistência do(a) convocado(a). É importante ressaltar que, estamos convocando mais candidatos que o número de vagas para cobrir possíveis desistências.

Piracicaba, 18 de outubro de 2011.

Gabriel Ferrato dos Santos
Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO

Pregão Presencial 148/2011

Objeto: Aquisição de Microcomputadores

Comunicamos que por solicitação da Unidade Requisitante, foram **alterados os itens 2.6, 4.2 e 14.1 e incluído o item 2.7** no Anexo 1- Objeto e Especificações, deste Edital, que passam a ter a seguinte redação:

2.6. Deverá possuir sensor de intrusão do gabinete compatível com chip de segurança integrado, no padrão TPM versão 1.2 ou superior

2.7. Deverá possuir dispositivo de segurança com trava eletro-mecânica que possa ser habilitado através da BIOS ou local para instalação de cadeado, vindo acompanhado de cadeado com segredo único

4.2 Deverá ser de arquitetura da família ATX ou família BTX.

14.1 Deverá ser interna, compatível com o gabinete e placa mãe.

Diante do exposto, **fica alterada a data de abertura de propostas e disputa para o dia 27/10/2011, às 9:00 hs.**

A nova versão do Edital encontra-se disponível para downloads no site www.piracicaba.sp.gov.br.

Piracicaba, 13 de outubro de 2011.

Newton Yasuo Furucho
Secretário Municipal de Administração

COMUNICADO

Pregão Eletrônico 92/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de tiras de glicemia e lancetas.

Comunicamos que foi acatado parcialmente a impugnação ao Edital apresentada pela empresa ROCHE DIAGNÓTICA BRASIL LTDA, conforme Parecer Jurídico às folhas 91 à 97 do Processo e manifestação da Secretaria Municipal de Saúde .

Em razão do exposto, ficam alteradas as descrições dos itens 01 e 02 dos anexos I e VII.

Diante do exposto, **ficam alteradas as datas de abertura de propostas e disputa para o dia 27/10/2011, às 8:00 E 9:00 hs, respectivamente.**

Piracicaba, 14 de outubro de 2011.

Maria Angelina Chiquito Alanis
Diretora do Departamento de Material e Patrimônio

COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2011

Aquisição de equipamentos de informática e softwares.

A Pregoeira comunica que após análise da proposta apresentada ao referido Pregão e tendo como participante a empresa: **BLACKOUT MAGASIN LTDA., DELIBEROU** por **CLASSIFICÁ-LA**.

Após disputa, negociação, análise das documentações apresentadas e parecer do Centro de Informática e da Unidade Requisitante, **DELIBEROU** por **HABILITAR e APROVAR** os itens 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 para a empresa **BLACKOUT MAGASIN LTDA**. O item 02 ficou FRACASSADO.

Publique-se e aguarde-se o prazo recursal de 03 (três) dias conforme determina a Lei Federal nº 10.520/02, após encaminhe-se à Autoridade Superior para homologação.

Piracicaba, 13 de outubro de 2011.

MARIA ANGELINA CHIQUITO ALANIS
Pregoeira

COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2011

Aquisição de suprimentos de informática.

A Pregoeira comunica que após análise das propostas apresentadas ao referido Pregão e tendo como participantes as empresas: **ANA VALÉRIA TONELOTTO ME e RAFAEL JACON BOMBINI ME, DELIBEROU** por **CLASSIFICÁ-LAS**.

Após disputa, negociação, análise das documentações apresentadas e parecer da Unidade Requisitante, **DELIBEROU** por **HABILITAR e APROVAR** os lotes 01, 02, 04, 05 e 06 para a empresa **RAFAEL JACON BOMBINI ME** e o lote 03 para a empresa **ANA VALÉRIA TONELOTTO ME**.

Publique-se e aguarde-se o prazo recursal de 03 (três) dias conforme determina a Lei Federal nº 10.520/02, após encaminhe-se à Autoridade Superior para homologação.

Piracicaba, 13 de outubro de 2011.

MARIA ANGELINA CHIQUITO ALANIS
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos que se acham abertas as Licitações relacionadas abaixo:

Modalidade: Carta Convite 97/2011.

Objeto: aquisição de equipamentos de recreação infantil para cadeirantes, para parques de lazer de Piracicaba. Entrega das Propostas: 24/10/2011 às 11 horas. Abertura das Propostas: 24/10/2011 às 14 horas.

Modalidade: Tomada de Preços 64/2011 (PASTA).

Objeto: execução de obras para reforma de equipamento social do bairro Jardim São Paulo, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos. Entrega das Propostas: 01/11/2011 às 11 horas. Abertura das Propostas: 01/ 11/2011 às 14 horas. Valor da Pasta: R\$ 30,00.

Modalidade: Tomada de Preços 65/2011.

Objeto: aquisição de sistemas de paredes divisórias. Entrega das Propostas: 01/11/2011 às 11 horas. Abertura das Propostas: 01/11/2011 às 14 horas.

Modalidade: Concorrência 36/2011.

Objeto: execução de serviços de jardinagem em Parques, Praças, Centro de Lazer e Verde Viário no município de Piracicaba, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e ferramentas. Entrega das Propostas: 16/11/2011 às 11 horas. Abertura das Propostas: 16/11/2011 às 14 horas.

Os Editais encontram-se publicados no endereço eletrônico: www.piracicaba.sp.gov.br e a disposição na Divisão de Compras, sito a Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2233, 1º andar, no horário das 08:30h. às 16:30h. Fone (19) 3403-1020. Fax (0xx19) 3403-1024 e. Piracicaba, 13 de outubro de 2011.

Maria Angelina Chiquito Alanis
Departamento de Material e Patrimônio
Diretora



A relação Final dos candidatos Classificados em ordem decrescente de notas na Condição de Afrodescendentes é a seguinte:

AUXILIAR DE FARMÁCIA

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR	POBJ.
1º	66,00	JOCIVALDO BATISTA LARANGEIRA	22963	66,00
2º	66,00	MICHELLE FABIANA DO AMARAL	21010	66,00
3º	66,00	GISELE GIROLAMO	20711	66,00
4º	64,00	REGINA APARECIDA A. DE SOUZA SILVA BRAGA	21510	64,00
5º	64,00	MAURO DA PAIXAO SILVA	21775	64,00
6º	64,00	MAYSA FERNANDA DE SOUZA PEDRO	20889	64,00
7º	62,00	SAMARA LIMA PEREIRA DA SILVA	21332	62,00
8º	62,00	SIMONE TEREZINHA PORTO FOSSATTO	21609	62,00
9º	62,00	DRIELE CRISTINA DE OLIVEIRA PINHEIRO	22544	62,00
10º	60,00	ROSIRIS DOS SANTOS GONCALVES	20263	60,00
11º	60,00	SANTINA ALVES DE ANDRADE	20837	60,00
12º	60,00	MARIA DO SOCORRO DA SILVA CAVALCANTE	22749	60,00
13º	60,00	SHEILA MAYARA MATILDES DE OLIVEIRA PEREIRA	20468	60,00
14º	58,00	ODETE MACEDO PASSOS	22533	58,00
15º	58,00	JULINEA DE JESUS MATOS	23428	58,00
16º	58,00	THALBATTAA NASTACIO FERREIRA	20204	58,00
17º	58,00	WILMA PEREIRA TEIXEIRA DE ALMEIDA	20908	58,00
18º	58,00	MARILENE CARDOSO MENDONCA	22670	58,00
19º	58,00	JOELMA CARLA ALVES DE SOUZA	21420	58,00
20º	58,00	ALAN HENRIQUE CORREA DE LIMA	23716	58,00
21º	56,00	MERCIA DE LOURDES DIAS PEREIRA	23496	56,00
22º	56,00	REGINA CELIA MIGUEL CAMARGO	21055	56,00
23º	56,00	ADRIANA HELENA BARBOSA BICUDO	21596	56,00
24º	56,00	LEONARDO MATOS DE SOUZA	22322	56,00
25º	56,00	NORIVAL GOMES DOS SANTOS	23863	56,00
26º	56,00	WEBERSON SAMPAIO FROIS	22666	56,00
27º	56,00	DANIELA CRISTINA SILVEIRA VIANA	24128	56,00
28º	56,00	GLEICE DA SILVA LEME ALVES	23954	56,00
29º	56,00	ADRIANA SOUZA MOREIRA ROSALINO	22276	56,00
30º	56,00	SANDRA REGINA DE SOUZA	24195	56,00
31º	56,00	MICHELLE DAMASIO DA SILVA	22128	56,00
32º	56,00	PRISCILA ANTUNES SEBASTIAO	22491	56,00
33º	54,00	ARNALDO CANDIDO DA SILVA	23612	54,00
34º	54,00	MARIA JOSE DA SILVA DE CAMARGO	20944	54,00
35º	54,00	PERPETUA APARECIDA MARIANO PORRECA	22230	54,00
36º	54,00	GILDASIO FERNANDES DOS SANTOS	21897	54,00
37º	54,00	ROSELI DOS SANTOS	20779	54,00
38º	54,00	EQUITERIA JOSIANE DA FONSECA	22522	54,00
39º	54,00	TATIANE CRISTINA DOS SANTOS	22973	54,00
40º	54,00	JAQUELINE GARCIA MESSA	20536	54,00
41º	52,00	JOAO BATISTA ALVES DIONISIO	21938	52,00
42º	52,00	DILMA RIBEIRO DE SANTANA CARNEIRO	20590	52,00
43º	52,00	CLAUDIA CRISTINA DA SILVA	22462	52,00
44º	52,00	CLAUDIA MARIA SEBASTIAO	23657	52,00
45º	52,00	ADRIANA APARECIDA GONCALVES	20182	52,00
46º	52,00	FLAVIA REGINA DA SILVA MACIEL	22284	52,00
47º	52,00	LUIS ALBERTO RIBEIRO JUNIOR	23014	52,00
48º	52,00	MARIANA CAMPIONI SANTANA	22490	52,00
49º	52,00	FERNANDA DEZORZI SOUSA	22172	52,00
50º	52,00	MARY ELLEN SOUSA DA SILVA	21489	52,00
51º	52,00	CAIQUE DE SOUZA	23956	52,00
52º	50,00	APARECIDA MARIA VITORINO DE OLIVEIRA PINTO	20469	50,00
53º	50,00	MARISA EMERECIANO BATISTA DO NASCIMENTO	21595	50,00
54º	50,00	ANA MARIA DA SILVA	22305	50,00
55º	50,00	PATRICIA SOUSA DOS SANTOS	22691	50,00
56º	50,00	ANELISE DOS SANTOS MOTA DA SILVA	20117	50,00
57º	50,00	RENATA FRANCISCO RUFINO	22703	50,00
58º	50,00	SABRINA DE SOUSA SANTOS	21531	50,00
59º	50,00	JAQUELINE HELENA DA SILVA	21826	50,00
60º	50,00	GABRIELA REGINA MIGUEL REIS	22893	50,00
61º	50,00	DOUGLAS HENRIQUE NEVES DOMINGOS	21427	50,00
62º	50,00	AGATHA CRISTINA BARBOSA FIDELIS	21663	50,00

MÉDICO NA ÁREA DE PEDIATRIA

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR	POBJ.
1º	50,00	CLEINE SOUZA ROCHA BARBOSA	20860	50,00

PSICÓLOGO

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR	POBJ.
1º	80,00	AMANDA CRISTINA DA CRUZ SANTANA	23089	80,00
2º	68,00	JOSEFA CRISTINA DOS SANTOS PORTES	24054	68,00
3º	66,00	MARIA HELENA GUSMAO DA SILVA	20813	66,00
4º	66,00	MARIANA PEREIRA DA SILVA	20728	66,00
5º	66,00	LIRIAN CAROLINA BALTIERI DA SILVA	21430	66,00
6º	66,00	MAYRA CHRISTINA CAMPOS LIMA	23293	66,00
7º	64,00	BERNADETE APARECIDA MARTINS DOS SANTOS	21874	64,00
8º	60,00	ANA FLAVIA SILVA LUZ	20399	60,00
9º	58,00	PRISCILA MARIA SERGIO MARTINS	23659	58,00
10º	58,00	ERLAINY DOS SANTOS	24108	58,00
11º	56,00	MARCIA ODETE DE ARRUDA LIMA	23447	56,00
12º	56,00	MARIANA DE ALMEIDA RODRIGUES FLORENTINO	20418	56,00
13º	56,00	ANDERSON SILVEIRA	23481	56,00
14º	54,00	MELISSA STEFANIE BRANDINO	20790	54,00
15º	52,00	MARCIA CRISTINA DIAS RAPHAEL	23190	52,00
16º	52,00	WANDELA MARIA ARAUJO NUNES TEIXEIRA	22783	52,00
17º	50,00	EDILAINE PRADO DA SILVA	23247	50,00
18º	50,00	PAULO MARCIO DE LIMA	23979	50,00
19º	50,00	CLAUDIA AP DE OLIVEIRA	21109	50,00
20º	50,00	JANAINA APARECIDA DE OLIVEIRA AUGUSTO	21549	50,00

A relação dos candidatos Classificados em ordem decrescente de notas na Condição de Portadores de Necessidades Especiais é a seguinte:

AUXILIAR DE FARMÁCIA

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR	POBJ.
1º	66,00	JOELMA APARECIDA MACCHI	23245	66,00

PSICÓLOGO

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR	POBJ.
1º	56,00	ANA PAULA MARTINEZ	21930	56,00

Piracicaba, 14 de outubro de 2011.

COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO Nº 8/2011

EDITAL COMPLETO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo faz saber que fará realizar Concurso Público de Provas e Títulos visando o preenchimento de 113 vagas para o emprego de Professor de Educação Infantil, criadas através de Lei Municipal e regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, mais aquelas que vagarem ou forem criadas durante o prazo de validade do concurso, de acordo com as instruções constantes neste Edital Completo.

1. DO EMPREGO PÚBLICO

1.1. O emprego público, a quantidade de vagas, a carga horária de trabalho, o salário e os requisitos para preenchimento são os estabelecidos na tabela a seguir:

EMPREGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO REFERÊNCIA	REQUISITOS	TAXA DE INSCRIÇÃO
Professor de Educação Infantil	113	30h/sem	R\$ 1.546,30 Ref. 9-D	Ensino médio completo na modalidade normal (magistério) com formação em Educação Infantil <u>ou</u> Curso Normal Superior com formação em Educação Infantil <u>ou</u> Licenciatura em Pedagogia com formação em Educação Infantil.	R\$ 35,00

1.2. São atribuições do emprego de Professor de Educação Infantil: participar e atuar no processo de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola, contextualizado no Plano Municipal de Educação; desenvolver o trabalho pedagógico diretamente com as crianças de 0 a 5 anos, propiciando o desenvolvimento pleno da criança, garantindo as duas funções da educação infantil, indispensáveis e indissociáveis: "educar e cuidar", complementando a ação da família e da comunidade; proporcionar condições adequadas para promover o bem estar social da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, ampliação de suas experiências, bem como estimular seu interesse pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza, da sociedade; planejar, executar, observar, registrar e avaliar as atividades do processo ensino-aprendizagem; participar de forma efetiva no Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo, numa perspectiva de formação continuada, visando o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento; participar das reuniões de pais, funcionários e outras previstas no calendário escolar; participar das atividades cívicas, culturais e educativas em que a escola estiver envolvida; organizar, adequadamente, o uso apropriado do espaço, dos brinquedos e dos materiais; responsabilizar-se pela utilização, manutenção e conservação dos materiais permanentes e de consumo que estejam sob sua responsabilidade; planejar, organizar e controlar o material necessário para o desenvolvimento de atividades pedagógicas; receber e acompanhar a criança diariamente na sua entrada e saída da unidade; registrar a frequência diária da criança; acompanhar, orientar e cuidar da higiene pessoal das crianças; acompanhar as crianças na hora das refeições, orientando-as no processo de alimentação; proceder à observação dos educandos, identificando as necessidades que interferem na aprendizagem encaminhando-os para análise; manter permanentemente contato com os pais ou responsáveis, informando-os e orientando-os sobre o avanço do educando e obtendo dados de interesse para o processo educativo; acompanhar as crianças em atividades externas à unidade, com prévia autorização dos pais ou responsáveis; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. São condições para inscrição:

2.1.1. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72.

2.2. São requisitos para posse:

2.2.1. Ser aprovado neste Concurso Público;

2.2.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

2.2.3. Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do emprego mediante confirmação de exame médico admissional;

2.2.4. Estar quites com o Serviço Militar, se, do sexo masculino;

2.2.5. Estar no gozo dos direitos civis e políticos;

2.2.6. Atender as condições, escolaridade e requisitos prescritos para o emprego;

2.2.7. Não registrar antecedentes criminais;

2.2.8. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental;

2.2.9. Gozar de saúde física e mental compatíveis com o exercício do emprego, comprovada em prévia inspeção médica oficial;

2.2.10. Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas "a", "b" e "c", inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários.

2.2.11. Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo emprego, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória.

2.3. As inscrições poderão ser efetuadas no período de 13 a 19 de outubro de 2011 pela internet, através do site www.publiconsult.com.br.

2.4. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site www.publiconsult.com.br. Em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá consultar o "Tutorial - Como Realizar a sua Inscrição", disponível na página inicial do site ou entrar em contato a empresa através de e-mail, clicando-se no ícone "Fale Conosco" do site e selecionando o assunto "Concursos Públicos e Processos Seletivos"; ou através do telefone (15) 4141-2327.

2.4.1. O candidato deverá preencher corretamente os campos relativos ao formulário de inscrição, imprimir o boleto referente à taxa de inscrição e efetuar o seu pagamento até a data de vencimento (20/10/2011) em qualquer instituição bancária, através de internet banking, ou em qualquer estabelecimento autorizado a receber pagamento de documentos de compensação bancária (casas lotéricas, correios, etc.)

2.5. A efetivação da inscrição estará condicionada ao correto preenchimento do requerimento de inscrição e ao pagamento ou compensação do valor correspondente a taxa de inscrição.

2.5.1. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por outros meios que não o pagamento do boleto bancário emitido especificamente para cada inscrição, bem como pagamentos condicionais ou efetuados fora do prazo de vencimento do boleto; serão indeferidas as inscrições cujos cheques de pagamento não venham a ser compensados, por qualquer motivo (falta de fundos, ausência ou divergência de assinatura, data de emissão prescrita, etc.)

2.6. Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do formulário de inscrição.

2.7. É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.

2.8. O candidato não poderá ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo emprego, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória; não poderá, no caso de eventual posse, possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite a acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos dispostos no artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal.

2.9. Encerrado o prazo das inscrições, será divulgado no Diário Oficial do Município e nos sites www.piracicaba.sp.gov.br e www.publiconsult.com.br, a relação dos candidatos efetivamente inscritos.

3. DOS REQUISITOS

3.1. Os requisitos dispostos no quadro do item 1.1 e 2.2 deste Edital são essenciais para provimento do emprego, devendo o candidato na ocasião da posse, apresentar os documentos exigidos ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piracicaba. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga.



4. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU SENSORIAL

4.1. Aos candidatos portadores de deficiência física ou sensorial serão reservadas 5% (cinco por cento) das contratações previstas neste Concurso Público, nos casos em que houver compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego que se enquadrem nas categorias definidas pelos Decretos Federais nº 3.298/99 e nº 5.296/2004 e por suas alterações, considerando-se para aplicação as definições contidas nestes dispositivos legais e conforme estabelece a Lei Municipal nº 6.246/2008, alterada pela Lei nº 6.591/2009.

4.1.1. As frações decorrentes do cálculo de referido percentual serão arredondadas para o número inteiro subsequente quando maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos).

4.1.2. A compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego será aferida em perícia oficial quando dos exames admissionais.

4.2. De acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 13.165/2009, os candidatos portadores de deficiência concorrerão apenas às vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos na Legislação Municipal em vigor.

4.3. A pessoa portadora de deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de classificação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.4. O candidato que quiser concorrer às vagas deste Concurso Público como portador de deficiência deverá fazer sua opção no requerimento de inscrição, marcando no formulário de inscrição no site www.publicconsult.com.br, o tipo de deficiência da qual é portador (Física, Auditiva, Visual ou Múltipla); após, deverá remeter pelo correio através de Sedex com AR (Aviso de Recebimento) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, para a empresa PUBLICONSULT Ass. Cons. Pública Ltda, na Avenida Pereira da Silva, nº 828, Jardim Santa Rosália, CEP 18.095-340 - Sorocaba/SP, até o último dia de inscrição, valendo como comprovação de opção efetuada no prazo, a data de postagem do Laudo Médico nos Correios.

4.4.1. Caso o período de inscrições seja prorrogado, o prazo para a remessa da documentação ficará automaticamente prorrogado por igual período, ou seja, até o dia do término do novo prazo de inscrições.

4.4.2. No caso do candidato necessitar de prova especial (letra ampliada, Braille, intérprete de LIBRAS, etc.) deverá encaminhar requerimento à empresa PUBLICONSULT, juntamente com o Laudo Médico a que se refere o item 4.4 deste Edital.

4.4.3. Referido Laudo Médico e o requerimento de prova especial, se for o caso, deverá ser postado através de SEDEX com AR (Aviso de Recebimento), seguindo o modelo do envelope abaixo:

À
PUBLICONSULT
Ref.: Concurso Público nº 8/2011 - PM Piracicaba
Portador de Deficiência
Av. Pereira da Silva, nº 828 – Jd. Santa Rosália – Sorocaba/SP
CEP 18.095-340

4.4.4. O candidato deficiente que não solicitar a prova especial no prazo estabelecido no item anterior, não terá direito a realizar a prova adaptada às suas condições, reservando-se o direito de realizar a prova regular aplicada aos demais candidatos.

4.4.4.1. Os deficientes visuais, que se julgarem amparados pelas disposições legais, prestarão as provas mediante leitura através do sistema Braille. Os candidatos deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais amblíopes serão oferecidas provas ampliadas com tamanho da letra correspondente à fonte Arial - 24.

4.5. Será indeferida a inscrição do candidato como deficiente físico quando o mesmo deixar de remeter o Laudo Médico nos termos acima especificados ou ainda, quando postá-lo após o período consignado para as inscrições neste Concurso Público.

4.6. O candidato que não declarar a deficiência da qual é portador no requerimento de inscrição, conforme previsto no item 4.4, não poderá alegar, posteriormente, essa condição para reivindicar as prerrogativas constantes neste Edital.

4.7. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção, segundo os padrões médicos estabelecidos.

4.8. Os candidatos que concorrerem na condição prevista neste item serão classificados em lista separada

4.8.1. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas por candidatos não portadores de deficiência, em estrita observância da ordem de classificação.

4.9. O candidato que não comprovar a deficiência alegada ou no caso de laudo médico oficial contrário à condição de deficiente, será eliminado do Concurso Público.

5. DOS CANDIDATOS DA RAÇA NEGRA

5.1. De acordo com o disposto na Lei Municipal nº 6.246/08 será reservado o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste Concurso Público para as pessoas da raça negra.

5.1.1. As frações decorrentes do cálculo de referido percentual serão sempre desprezadas.

5.2. Os candidatos de raça negra participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, avaliação de prova e demais requisitos exigidos para a participação no certame.

5.3. O candidato que quiser concorrer às vagas reservadas para pessoas da raça negra deverá declarar, no requerimento de inscrição, esta condição, marcando no formulário de inscrição no site www.publicconsult.com.br, a opção "Sim" abaixo do campo "Afro-descendente?".

5.3.1. O candidato que não declarar esta condição no requerimento de inscrição, conforme previsto no item anterior, não poderá alegar, posteriormente, essa condição para reivindicar as prerrogativas constantes neste Edital.

5.4. De acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 13.165/2009, os candidatos de raça negra concorrerão apenas às vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos na Legislação Municipal em vigor.

5.4.1. Os candidatos que concorrerem na condição de raça negra serão classificados em lista separada.

5.4.2. Inexistindo candidatos da raça negra aprovados, as vagas serão preenchidas por outros candidatos.

5.5. A comprovação da raça negra será verificada no momento da contratação, mediante a apresentação de documento oficial, do candidato ou de parentes por consanguinidade, ascendentes ou colaterais, no qual conste a identificação e a indicação etnoracial.

5.5.1. O candidato que não comprovar ser da raça negra, tendo alegado tal condição, será excluído do Concurso Público.

6. DO CONCURSO PÚBLICO

6.1. O Concurso Público será de PROVAS E TÍTULOS.

6.1.1. Haverá aplicação de provas teóricas para todos os candidatos inscritos.

6.1.2. Concorrerá a prova de títulos apenas os candidatos classificados na prova teórica, ou seja, aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 50,00 pontos.

6.2. As provas serão realizadas no município de Piracicaba/SP, com data prevista para o dia 13 de novembro de 2011, em horário e local a ser divulgado após o encerramento das inscrições.

6.2.1. A confirmação oficial acerca do dia, horário e local para a realização das provas será através de Edital de Convocação para as Provas a ser disponibilizado nos sites www.piracicaba.sp.gov.br e www.publicconsult.com.br e publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

6.2.2. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta acerca do dia, horário e local de aplicação da prova.

7. DA PROVA TEÓRICA

7.1. A prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar o grau de conhecimento do candidato, necessário ao desempenho do emprego público. Essa prova será composta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, de acordo com o conteúdo programático constante do Anexo I deste Edital, distribuídas e pontuadas na seguinte conformidade:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
DISCIPLINAS	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS POR DISCIPLINA	TOTAL
Interpretação de Textos e Língua Portuguesa	10	3,00	30,00	100
Matemática e Raciocínio Lógico Quantitativo	10	1,00	10,00	
Conhecimentos Específicos	20	2,00	40,00	
Conhecimentos Pedagógicos e Legislação do Ensino	10	2,00	20,00	

7.2. A bibliografia indicada no Anexo I - Conteúdo Programático é meramente sugestiva, não se restringindo a aplicação das questões ao conteúdo da mesma, porém ao conteúdo programático indicado. Desta forma, o candidato poderá se preparar para as provas utilizando, além das indicações do conteúdo programático, qualquer bibliografia que trate de forma sistematizada dos assuntos selecionados no Anexo I.

7.3. Na data determinada para a realização das provas os candidatos deverão se apresentar nos locais indicados com antecedência de no mínimo uma hora antes do horário determinado para o início das mesmas.

7.4. O ingresso aos locais das provas será permitido apenas aos candidatos que estiverem munidos de documento de identidade original com foto, comprovante de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta.

7.4.1. Entende-se por documento de identidade original: Carteiras e/ou cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade (OAB, CRM, CREA, CRC, etc.); Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação na forma da Lei nº 9.503/1997, não sendo admitido no recinto de realização das provas o candidato que não portá-lo.

7.4.2. O candidato que não estiver de posse de nenhum documento de identidade original em virtude de perda, roubo ou furto, só poderá realizar as provas atendendo, concomitantemente, aos seguintes requisitos:

a) deverá apresentar Boletim de Ocorrência Policial;

b) deverá apresentar o protocolo de requisição de nova via do documento;

c) deverá apresentar cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento;

d) deverá apresentar duas testemunhas que com ele firmarão, no ato, declaração, sob as penas da lei, acerca da identidade do candidato, sendo que as testemunhas deverão apresentar documentos originais de identidade, e todos deverão apor identificação digital na referida declaração.

7.4.3. Serão efetuadas diligências posteriores à realização da prova, em relação à documentação dos candidatos admitidos sob na forma do item 7.4.2, sendo desclassificados automaticamente do processo aqueles cuja declaração de dados revelar-se falsa, sem prejuízo de eventuais ações criminais contra o declarante e as testemunhas por ele apresentadas.

7.4.4. A candidata lactante deverá levar acompanhante, que se responsabilizará pela guarda da criança. Não haverá prorrogação de horário da duração da prova para candidata nesta situação.

7.4.5. Os candidatos médicos, bombeiros, policiais e militares que estiverem em regime de plantão poderão atender a bips ou celulares, desde que comprovem esta condição ao Fiscal de Prova, mediante apresentação da identidade profissional (CRM, identidade policial ou militar) antes do início das provas; neste caso deverão ser acompanhados por um Auxiliar de Coordenação e atender a ligação fora da sala.

7.4.6. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos, e nem fumar; será advertido pelo Fiscal de Prova caso perceba-se que busca visualizar prova ou gabarito de outro candidato, sendo-lhe retirada a prova e desclassificado no caso de reiteração da atitude.

7.5. Não serão admitidos nos locais de provas, os candidatos que se apresentarem após o horário estabelecido para início das provas e fechamentos dos portões.

7.6. A duração da prova será de 3 (três) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha de Respostas. O candidato somente poderá entregar a prova depois de uma hora do seu início.

7.7. A inviolabilidade das Provas será comprovada no local de sua realização, no momento do rompimento do lacre dos envelopes, na presença dos candidatos.

7.8. O candidato deverá assinar Lista de Presença, que lhe será apresentada antes do início da prova. Eventuais erros de digitação de nome, número de documento de identidade e data de nascimento deverão ser comunicados ao Fiscal de Sala para correção, o qual o fará em formulário específico.

7.9. O candidato deverá efetuar a conferência do Caderno de Provas antes de começar a resolução, verificando no cabeçalho de todas as folhas se corresponde ao emprego que se inscreveu; a seguir deverá verificar se o Caderno dispõe de 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha; por fim, o candidato deverá verificar se não há falha de impressão que prejudique a leitura do texto, gráficos ou ilustrações. Caso a prova não seja referente ao emprego de sua inscrição, ou o Caderno de Provas esteja incompleto, ou tenha qualquer defeito, deverá solicitar ao Fiscal da Prova que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

7.10. O candidato, previamente ao preenchimento da Folha de Resposta, deverá efetuar a conferência dos seus dados impressos. Havendo divergência, deverá solicitar a substituição do material ao Fiscal de Sala, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

7.10.1. As questões deverão ser respondidas na Folha de Resposta, preenchendo-se totalmente o campo indicativo da letra correspondente à opção de resposta escolhida com caneta esferográfica azul ou preta. A Folha de Resposta não poderá ser rasurada, amassada ou perfurada, caso contrário, as respostas serão anuladas. A Folha de Resposta somente terá validade se estiver assinada pelo candidato no campo indicado.

7.11. No decorrer da prova, se o candidato observar qualquer irregularidade na formulação de alguma questão, deverá manifestar-se junto ao Fiscal de Sala que anotará em formulário próprio a ocorrência, para posterior análise, o que não substitui a apresentação posterior de eventual recurso contra questões.

7.12. Durante a realização da prova não será permitida a consulta de nenhuma espécie de legislação, livro, revista ou folheto, uso de calculadora, telefone celular ou outro equipamento de comunicação, bem como não será admitida comunicação entre os candidatos.

7.13. Caso necessário a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar ao Fiscal de Prova, que designará Auxiliar de Coordenação para acompanhá-lo, devendo no percurso manter-se em silêncio, podendo antes e depois da entrada no sanitário sofrer revista.

7.14. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

a) não comparecer para a realização da prova, conforme convocação oficial seja qual for o motivo alegado;

b) apresentar-se fora de local, data e/ou do horário estabelecidos no Edital de Convocação;

c) não apresentar o documento de identificação conforme previsto neste Edital;

d) ausentar-se, durante o processo, da sala ou local de provas sem o acompanhamento de um fiscal;

e) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazendo uso de material não permitido para a realização da prova ou de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;

f) lançar meios ilícitos para a realização das provas;

g) não devolver ao fiscal, seguindo critérios estabelecidos neste Edital, qualquer material de aplicação e de correção das provas;

h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos e

i) agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova.

7.15. O candidato levará consigo, ao final da prova, o Caderno de Provas, podendo, portanto, utilizá-lo como rascunho



e para a anotação das alternativas que escolher, a fim de subsidiá-lo na correção das questões quando da divulgação do gabarito, ou na eventualidade da interposição de algum recurso contra questão e/ou gabarito, sendo, no entanto, em função de reserva de direitos autorais, vedada a sua divulgação e/ou reprodução total ou parcial por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa da PUBLICONSULT Assessoria e Consultoria Pública Ltda, incorrendo em crime o responsável.

7.16. No dia seguinte a aplicação das provas, o candidato poderá consultar o gabarito oficial nos sites www.piracicaba.sp.gov.br e www.publicconsult.com.br, sendo ainda publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba; não serão informados resultados por telefone ou outro meio de comunicação.

8. PROVA DE TÍTULOS

8.1. Além das provas teóricas, haverá PROVAS DE TÍTULOS, que consistirá na apresentação, por parte do candidato, de TÍTULOS relacionados à área de Educação. Concorrerão à prova de títulos somente os candidatos classificados nas provas teóricas.

8.2. Os candidatos deverão apresentar EXCLUSIVAMENTE na data das provas teóricas, até 30 (trinta minutos) após o encerramento das mesmas, em salas especialmente designadas, CÓPIA REPROGRÁFICA AUTENTICADA EM CARTÓRIO de eventuais títulos que possuam, conforme dispõe o presente Edital.

8.2.1. Não serão considerados os títulos apresentados, por qualquer forma, fora do dia e horário acima determinados.
8.2.2. Os títulos deverão ser apresentados e entregues em envelope identificado com nome, número de inscrição do candidato e o número do documento de identidade, conforme modelo abaixo, que após conferência será fechado, emitindo-se comprovante de recebimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA CONCURSO PÚBLICO Nº 8/2011 NOME DO CANDIDATO: INSCRIÇÃO Nº RG.:

8.3. Os documentos relativos aos títulos deverão ser apresentados em cópia reprográfica autenticada em cartório. Àqueles documentos de títulos que forem representados por diplomas ou certificados/certidões de conclusão de curso, deverão estar acompanhados do respectivo Histórico Escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por Instituição Oficial ou reconhecida, em papel timbrado e deverão conter identificação da Instituição e do responsável pela expedição do documento.

8.3.1. Os certificados expedidos em língua estrangeira deverão vir acompanhados pela correspondente tradução efetuada por tradutor juramentado ou pela revalidação dada pelo órgão competente.
8.3.2 Não serão aceitos como títulos os cursos apostilados.

8.4. Serão considerados para efeito de pontuação apenas os títulos aqueles relacionados no quadro abaixo:

TÍTULOS	COMPROVANTES	PONTOS
Título de DOUTOR em área relacionada à Educação	Diploma devidamente registrado ou declaração/certificado de conclusão de curso acompanhado do respectivo Histórico Escolar	4,00
Título de MESTRE em área relacionada à Educação	Diploma devidamente registrado ou declaração/certificado de conclusão de curso acompanhado do respectivo Histórico Escolar	3,00
LICENCIATURA PLENA em área/disciplina diversa daquela de inscrição para o concurso (não utilizada como pré-requisito), relacionadas à área de Educação	Diploma devidamente registrado, declaração/certificado de conclusão de curso acompanhado do respectivo Histórico Escolar Obs.: O candidato para obter a pontuação para este título deverá apresentar o documento que ateste possuir o requisito mínimo para o emprego juntamente com o comprovante de Licenciatura em área diversa da inscrição.	2,00
PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU (especialização) na área de Educação com carga horária mínima de 360 horas	Certificado, certidão ou declaração de conclusão do Curso, indicando o número de horas e período de realização do mesmo. No caso de declaração de conclusão de curso, a mesma deverá vir acompanhada do respectivo Histórico Escolar.	1,00

8.5. A pontuação da documentação de títulos se limitará ao valor máximo de 10 (dez) pontos, sendo desprezados os pontos excedentes dos candidatos que apresentar documentação de títulos que supere este limite máximo de pontos.

8.5.1. Não serão aceitos comprovantes da titulação apresentados em desacordo com as exigências constantes neste edital e fora da data e do horário acima estipulado, não cabendo recurso ao candidato, nessa hipótese.

8.6. Os títulos apresentados serão avaliados pela empresa Publicconsult Assessoria e Consultoria Pública Ltda, e se deferidos serão computados à nota final dos candidatos classificados na prova teórica, ou seja, daqueles que obtiverem nota igual ou superior a 50,00.

8.6.1. Os títulos deferidos e indeferidos serão divulgados nos sites www.piracicaba.sp.gov.br e www.publicconsult.com.br.

9. DA NOTA FINAL E DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

9.1. A nota na prova teórica será alcançada pelo somatório das pontuações obtidas em cada disciplina da prova; a pontuação referente a cada disciplina será obtida pela multiplicação da quantidade de respostas corretas pelo peso respectivo da disciplina, conforme item 7.1.

9.1.1. Será classificado no concurso público o candidato que obtiver nota na prova teórica igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos.

9.1.2. A nota final do candidato será igual à nota na prova teórica somada aos pontos obtidos com a análise dos títulos eventualmente apresentados e deferidos.

9.1.3. O candidato que obtiver nota na prova teórica inferior a 50,00 (cinquenta) pontos será excluído do Concurso Público, todavia, poderá consultar a sua pontuação através da relação dos candidatos desclassificados a ser publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

9.2. No caso de empate na nota final, será processado o desempate, tendo preferência, sucessivamente, o candidato:

- a) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, será dada preferência ao de idade mais elevada;
- b) que obtiver a maior pontuação nas questões de Interpretação de Texto;
- c) que obtiver a maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;
- d) que obtiver a maior pontuação nas questões de Conhecimentos Pedagógicos e Legislação do Ensino;
- e) mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos;
- f) alistado como jurado pelo Presidente do Tribunal de Juri, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Caberá recurso administrativo no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data das respectivas publicações no Diário Oficial do Município de Piracicaba e nos sites www.piracicaba.sp.gov.br e www.publicconsult.com.br dos seguintes atos:

- a) indeferimento das inscrições;
- b) questões e gabaritos da prova teórica e
- c) classificação e análise dos títulos.

10.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o campo próprio para interposição de recursos, no site www.publicconsult.com.br e seguir as instruções ali contidas.

10.2.1. Serão indeferidos os recursos interpostos de maneira diferente daquela estipulada neste Edital.
10.2.2. Recursos que não apresentarem fundamentação ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento do mérito.

10.3. No caso de provimento de recurso interposto dentro das especificações, este poderá, eventualmente, alterar a nota e/ou classificação inicial obtida pelo candidato para uma nota e/ou classificação superior ou inferior; ou ainda

acarretar a classificação e/ou desclassificação de candidato em virtude da alteração de sua nota em relação que à pontuação mínima exigida para a habilitação.

10.3.1. Os pontos relativos às questões da prova teórica, eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova, independentemente da apresentação de recurso.

10.4. A decisão do deferimento ou indeferimento dos recursos será objeto de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba e nos sites www.piracicaba.sp.gov.br, www.publicconsult.com.br.

11. DA ADMISSÃO

11.1. A convocação para admissão do candidato aprovado será feita na ordem de classificação e na medida da necessidade da Prefeitura Municipal, oportunidade em que deverão ser apresentados os documentos necessários, inclusive os exigidos para comprovação dos requisitos para o emprego, sob pena de perder a vaga.

11.1.1. A convocação será realizada através de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba e por correspondência, devendo o candidato apresentar-se à Prefeitura Municipal de Piracicaba na data estabelecida na convocação.

11.1.2. Caso o candidato convocado possua outro emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inc. XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

11.2. A simples aprovação no Concurso Público não gera direito à admissão, pois a Prefeitura Municipal convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.

11.3. Por ocasião da admissão, o candidato aprovado no Concurso Público fica sujeito ao regime empregatício adotado pela Prefeitura Municipal e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do emprego, nos termos do item 12 deste Edital.

11.3.1. O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções inerentes ao emprego, será eliminado do Concurso Público.

11.4. Os candidatos aprovados e admitidos estarão sujeitos ao estágio probatório de 3 (três) anos e terá o seu desempenho avaliado a cada seis meses.

11.5. A apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas neste Edital será feita em data a ser fixada, por ocasião da convocação do candidato aprovado para admissão no emprego público. Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal poderá solicitar outros documentos complementares.

11.6. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

12. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE SAÚDE OCUPACIONAL PERTINENTES À ADMISSÃO DE SERVIDORES

12.1. Deverão os candidatos aprovados e convocados para admissão/nomeação obrigatoriamente submeter-se a exame médico (clínico e/ou subsidiário) a critério do que determinar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) elaborado pelo SESMT (Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Prefeitura do Município de Piracicaba) vigente na data da realização da avaliação, para obtenção do Atestado de Saúde Ocupacional Admissional (ASO-Admissional).

12.2. Por ocasião dos exames admissionais, os candidatos deverão comprovar imunização para Hepatite B.

12.3. Esta avaliação terá caráter eliminatório.

12.4. A avaliação médica obrigatoriamente obedecerá às indicações de incompatibilidades físicas e mentais especificadas para o emprego.

12.4.1. Serão consideradas como incompatibilidades para o desempenho do emprego, as condições que obrigatoriamente foram citadas nos requisitos especificados para o emprego, decorrentes da impossibilidade da Prefeitura Municipal de Piracicaba em providenciar adaptações individuais específicas para que o candidato desempenhe adequadamente o emprego para o qual se candidatou, incluindo o fornecimento de órteses, próteses e outros materiais e meios necessários para se fazer entender, ler ou ir e vir.

12.4.2. Será considerado aprovado, possibilitando a pertinente contratação, o candidato que obtiver a classificação como "plenamente apto" ou "apto com restrições" para o exercício das atribuições do emprego a que se candidatou.

12.4.3. Aqueles que obtiverem a classificação de "inapto" pelo médico examinador singular e/ou ratificados pelo Coordenador do Serviço de Engenharia e Segurança no Trabalho da Prefeitura do Município de Piracicaba, serão considerados eliminados do Concurso Público, sendo vedada a sua contratação.

12.4.4. Os considerados "inaptos" poderão no prazo de 3 (três) dias da data da comunicação da inaptidão, interpor recurso junto ao SESMT, uma única vez, mediante solicitação expressa, anexando obrigatoriamente atestados médicos emitidos em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.851/2008, fundamentados por duas manifestações médicas particulares que atestem saúde perfeita do candidato, e se for o caso, anexando cópia autenticada dos resultados de exames subsidiários que pretender acostar.

12.4.5. Por ocasião do recurso, o Coordenador do SESMT decidirá sobre a divergência, pronunciando-se no prazo de até 15 dias ao da data do recebimento do recurso.

12.4.6. Dado o seu caráter eliminatório, o não comparecimento para realização dos Exames Médicos indicados nas datas e horários agendados pela SEMAD (Secretaria Municipal de Administração) e comunicados previamente ao candidato, por e-mail ou telegrama, implicará na sua eliminação do Concurso Público.

12.4.7. A comunicação da aptidão para fins de autorização da posse será feita diretamente entre SESMT e o departamento competente da SEMAD, via internet, e somente poderá ser feita depois da emissão do respectivo "ASO ADMISIONAL" com a aposição da assinatura do Coordenador do SESMT, dispensando a disponibilização dos respectivos ASO's aos candidatos.

12.4.8. Estes ficaram arquivados no SESMT, sendo que a primeira via selada ficará em arquivo deste setor para fins de fiscalização, e a segunda via será compulsoriamente anexada ao Prontuário Médico Funcional do Servidor.

12.5. O candidato portador de deficiência aprovado no Concurso Público, quando convocado, antes do exame médico admissional deverá submeter-se a exame médico pericial que será realizado pela equipe médica do SEMPEM (Serviço Municipal de Perícias Médicas) com a finalidade de confirmar de modo definitivo, a deficiência alegada e se esta se enquadra na previsão do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações e alterações do Decreto Federal nº 5.296/04, Súmula do STJ 377/09, assim como se observará se há compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do emprego a ser ocupado.

12.5.1. O candidato deverá comprovar a condição de Deficiência Física por ocasião do exame médico pericial, que deverá obrigatoriamente coincidir com as que o candidato declarou e especificou quando da inscrição no Concurso Público, mediante laudo médico, (original ou cópia autenticada), expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses anteriores da data do exame pericial, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

12.5.2. O SEMPEM notificará diretamente ao SESMT esta condição, autorizando a convocação para a realização do exame médico admissional.

12.5.3. Os que não tiverem confirmada a condição poderão no prazo de 3 (três) dias da data da comunicação da inaptidão, interpor recurso junto ao SESMT, uma única vez, mediante solicitação expressa, anexando obrigatoriamente atestados médicos emitidos em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.851/2008, fundamentados por duas manifestações médicas particulares que atestem saúde perfeita do candidato, apesar da deficiência constatada, anexando cópia autenticada dos resultados de exames subsidiários que pretender acostar, ocasião em que o Coordenador do SESMT decidirá sobre a divergência, pronunciando-se no prazo de até 15 dias ao da data do recebimento do recurso. Não havendo a confirmação da condição de portador de deficiência o candidato será eliminado.

12.5.4. O candidato portador de deficiência aprovado no Concurso Público, quando convocado para o exame



médico admissional terá verificada a análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho obedecendo ao disposto na lei municipal 1.972/72 e Decretos Municipais relacionados, e no que couber ao PCMSO, PPRA, Portarias do SEMPEM e ao Código Internacional de Funcionalidade da Organização Mundial de Saúde e consideradas as incompatibilidades indicadas para o desempenho do emprego, decorrentes da impossibilidade da Prefeitura Municipal de Piracicaba em providenciar adaptações individuais específicas para que o candidato desempenhe adequadamente o emprego para o qual se candidatou, incluindo o fornecimento de órteses, próteses e outros materiais e meios necessários para se fazer entender, ler ou ir e vir.

12.5.6. Os que não tiverem confirmada a condição poderão no prazo de 3 (três) dias da data da comunicação da inaptidão, interpor recurso junto ao SESMT, uma única vez, mediante solicitação expressa, anexando obrigatoriamente atestados médicos emitidos em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.851/2008, fundamentados por duas manifestações médicas particulares que atestem saúde perfeita do candidato, apesar da deficiência constatada, anexando cópia autenticada dos resultados de exames subsidiários que pretender acostar, ocasião em que o Coordenador do SESMT decidirá sobre a divergência, pronunciando-se no prazo de até 15 dias após a data do recebimento do recurso. Não havendo a confirmação da condição de portador de deficiência o candidato será eliminado.

12.5.7. O candidato portador de deficiência física que obtiver classificação de "apto" no exame médico admissional não poderá, a qualquer tempo, arguir a deficiência apresentada para justificar a concessão de readaptação, licença por motivo de saúde ou aposentadoria por invalidez.

12.6. Orientações sobre critérios e ponderações específicas para os médicos do SESMT por ocasião das avaliações admissionais:

12.6.1. Serão observados pelos médicos examinadores e pelo Coordenador do SESMT para a análise dos dados clínicos e/ou de exames subsidiários.

12.6.2. A aplicação do raciocínio hipocrático com base na semiótica e propedêutica médica, sendo a percepção clínica soberana a qualquer outra, inclusive as de negatividade e/ou positividade de exames subsidiários.

12.6.3. A classificação indicada como requisito para cada emprego no que se refere ao adequado desempenho da atividade do ponto de vista físico e mental que poderá ser:

- Trivial (Não requer ponderação específica);
- Bom (Requer ponderação específica havendo impedimentos devido a riscos genéricos relativos para o trabalhador e/ou para terceiros);
- Ótimo (Requer ponderação específica havendo impedimentos devido a riscos genéricos absolutos para o trabalhador e/ou para terceiros);
- Superior (Requer teste de desempenho específico a ser realizado sob medições a análises específicas).

12.7. Notada pela avaliação clínica e/ou de exames subsidiários a indicação e/ou constatação da presença de quadro nosológico, uso de medicamentos e/ou de tratamentos médicos, fisioterápicos e outros, não informados pelo candidato, mesmo que crônico ou agudo, por ocasião da solicitação de respostas ao questionário ocupacional, oportunamente observadas pelo médico examinador e/ou pelo Coordenador do SESMT, serão consideradas omissões graves e tornam, compulsoriamente, o candidato "inapto".

12.7.1. A presença de determinadas doenças e/ou condições pré-existentes, mesmo que estabilizadas, poderão a critério do médico examinador ser elementos indicativos de inadequação para o labor, e obrigatoriamente deverão ser informadas ao Coordenador do SESMT a quem caberá a decisão final quanto à consideração de "aptidão" e/ou "inaptidão".

12.7.2. A positividade dos exames subsidiários, mesmo que passíveis de tratamentos em curto período, por indicarem risco epidemiológico para o trabalhador e/ou terceiros, será considerado como fator absoluto para indicação da "inaptidão" para ponderação do médico examinador, que deverá informar ao Coordenador do SESMT a quem caberá a decisão final quanto à consideração de "aptidão" e/ou "inaptidão".

12.7.3. A positividade dos exames subsidiários compatível com as informações relatadas no questionário ocupacional, acostadas de relatório médico indicando estabilidade do quadro clínico que não justifiquem intervenções previsíveis e necessárias, não implicando em risco para o trabalhador e para terceiros, poderão ser considerados, a critério do médico examinador, mediante confirmação do Coordenador do SESMT, como "aptos".

12.8. Serão observados os critérios estabelecidos no Decreto Federal nº 3298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04 e suas alterações que considera pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

12.9. Serão observados os critérios estabelecidos no §1º do art. 5º do Decreto Federal nº 5.296/04:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

II-pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

12.9.1. O disposto no subitem anterior aplica-se, ainda, às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo.

12.9.2. Observar-se-ão os critérios da Súmula STJ nº 377: "o portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes".

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. O candidato, ao inscrever-se, estará aceitando todas as disposições estabelecidas neste Edital e na legislação vigente, não podendo alegar desconhecimento de qualquer natureza.

13.2. Qualquer regra prevista neste Edital poderá ser alterada antes da realização das provas, mediante a divulgação oficial do item atualizado.

13.3. O candidato classificado obrigará-se-á a manter, durante o prazo de validade deste Concurso Público, o seu endereço atualizado para eventuais convocações, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piracicaba, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível ao órgão competente convocá-lo por falta da citada atualização.

13.4. Compete ao Prefeito do Município de Piracicaba a homologação do resultado do Concurso Público. A homologação deverá ser publicada no órgão oficial de imprensa.

13.5. O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, a partir da data de sua homologação, e poderá ser prorrogado por uma vez e por igual período, a juízo da Prefeitura Municipal de Piracicaba.

13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso Público, ad referendum do Prefeito do Município de Piracicaba.

13.7. A elaboração das provas, sua aplicação e correção, bem como a classificação dos candidatos aprovados, ficarão sob a responsabilidade técnica da empresa Publicconsult Assessoria e Consultoria Pública Ltda, devidamente contratada para tal fim.

13.8. O edital deste Concurso Público estará disponível nos sites: www.piracicaba.sp.gov.br e www.publicconsult.com.br, sendo publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

Piracicaba, 10 de outubro de 2011.

Prefeitura Municipal de Piracicaba

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Interpretação de textos e Língua Portuguesa: Interpretação de textos pedagógicos e/ou de matérias relativas à Educação. Noções de ortografia, gramática, sintaxe, concordância, sinônimos, antônimos, conjugações e tempos verbais, aplicadas aos textos selecionados. Bibliografia sugerida: Novíssima Gramática da Língua Portuguesa (Domingos Paschoal Cegalla. Editora Companhia Editora Nacional). Revista Nova Escola (textos acessíveis através do site: www.revistaescola.abril.com).

Matemática e Raciocínio Lógico Quantitativo: Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juros simples e compostos. Desconto. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Noções de estatística e probabilidade: média, média ponderada, mediana, moda, espaço amostral, eventos, arranjos, combinações, permutações. Resolução de situações-problema. Raciocínio lógico. Reconhecimento de seqüências e padrões Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Analogia. Inferência. Dedução. Conclusão. Diagramas lógicos. Princípios de contagem e probabilidade. Validade de um Argumento. Argumentos Sólidos e Argumentos Bons. Dedução x Indução. Argumentação indutiva. Argumentação dedutiva. Silogismo. Juízo. Redução ou Conversão das proposições. Prova. Dilema. Sofismas ou Falácias. Tautologia, Contradição, Contingência, Afirmação e Negação. Verificação da verdade dos Argumentos. Bibliografia sugerida: Matemática Completa (José Ruy Giovanni e outros - FTD Editora). Matemática - Volume Único - Ensino Médio (Osvaldo Dolce - Gelson Iezzi - David Mauro Degensajn - Atual Editora). Raciocínio Lógico-Quantitativo (Augusto C. Morgado - Benjamin Cesar - Editora Elsevier - 4ª Edição - 2010). Lógica de Argumentação - Teoria e exercícios (Gyorgy Laszlo Gyuricsa - Yalis Editora - 1ª ed - 2006). Sugestões de sites para estudo do conteúdo: <http://educacao.uol.com.br/matematica>; www.somatematica.com.br

Conhecimentos Específicos: A criança. Educar - Cuidar. Brincar. Aprender em situações orientadas. Interação. Diversidade e individualidade. Aprendizagem significativa e conhecimentos prévios. Resolução de problemas. Proximidade com as práticas sociais reais. Educar crianças com necessidades especiais. O professor de educação infantil - Perfil profissional. Organização do Referencial Curricular Nacional para a educação infantil - Organização por idade. Organização em âmbitos e eixos. Componentes curriculares. Objetivos. Conteúdos. Organização dos conteúdos por blocos. Seleção de conteúdos. Integração dos conteúdos. Orientações didáticas. Organização do tempo. Atividades permanentes. Seqüência de atividades. Projetos de trabalho. Organização do espaço e seleção dos materiais. Observação, registro e avaliação formativa. Objetivos gerais da educação infantil. A instituição e o projeto educativo - Condições externas. Condições internas. Ambiente institucional. Formação do coletivo institucional. Espaço para formação continuada. Espaço físico e recursos materiais. Versatilidade do espaço. Os recursos materiais. Acessibilidade dos materiais. Segurança do espaço e dos materiais. Critérios para formação de grupos de crianças. Organização do tempo. Ambiente de cuidados. Parceria com as famílias. Respeito aos vários tipos de estruturas familiares. Acolhimento das diferentes culturas, valores e crenças sobre educação de crianças. Estabelecimento de canais de comunicação. Inclusão do conhecimento familiar no trabalho educativo. Acolhimento das famílias e das crianças na instituição. A entrada na instituição. Os primeiros dias. Remanejamento entre os grupos de criança. Substituição de professores. Passagem para a escola. Acolhimento de famílias com necessidades especiais. Concepção - Processos de fusão e diferenciação. Construção de vínculos. Expressão da sexualidade. Aprendizagem - Imitação. Brincar. Oposição. Linguagem. Apropriação da imagem corporal. Objetivos. Conteúdos. Orientações didáticas. Auto-estima. Escolha. Faz-de-conta. Interação. Imagem. Cuidados. Segurança. Nome. Imagem. Independência e autonomia. Respeito à diversidade. Identidade de gênero. Interação. Cuidados pessoais. Jogos e brincadeiras. Organizando um ambiente de cuidados essenciais. Proteção. Alimentação. Cuidados com os dentes. Banho. Troca de fraldas. Sono e repouso. Organização do tempo. Atividades permanentes. Seqüência de atividades. Projetos. Observação, registro e avaliação formativa. Presença do Movimento na educação infantil: idéias e práticas correntes. A criança e o Movimento: O primeiro ano de vida. Crianças de um a três anos. Crianças de quatro a cinco anos. Objetivos. Conteúdos. Expressividade. Equilíbrio e coordenação. Orientações didáticas. Organização do tempo. Observação, registro e avaliação formativa. Presença da Música na educação infantil: idéias e práticas correntes. A criança e a Música. Objetivos. Conteúdos. O fazer musical. Apreciação musical. Orientações didáticas. Organização do tempo. Oficina. Jogos e brincadeiras. Organização do espaço. As fontes sonoras. O registro musical. Presença das Artes Visuais na educação infantil: idéias e práticas correntes. A criança e as Artes Visuais. Objetivos. Conteúdos. O fazer artístico. Apreciação em Artes Visuais. Orientações didáticas. Organização do tempo. Atividades permanentes. Seqüências de atividades. Projetos. Organização do espaço. Os recursos materiais. Presença da Linguagem Oral e Escrita na educação infantil: idéias e práticas correntes. A criança e a Linguagem. Desenvolvimento da linguagem oral. Desenvolvimento da linguagem escrita. Objetivos. Conteúdos. Falar e escutar. Práticas de leitura. Práticas de escrita. Orientações didáticas. Ambiente alfabetizador. Organização do tempo. Atividades permanentes. Projetos. Seqüência de atividades. Os recursos didáticos e sua utilização. Presença dos conhecimentos sobre Natureza e Sociedade na educação infantil: idéias e práticas correntes. A criança, a natureza e a sociedade. Objetivos. Conteúdos. Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar. Os lugares e suas paisagens. Objetos e processos de transformação. s seres vivos. Os fenômenos da natureza. Orientações didáticas. Diversidade de recursos materiais. Diferentes formas de sistematização dos conhecimentos. Cooperação. Atividades permanentes. Jogos e brincadeiras. Projetos. Organização do espaço. Presença da Matemática na educação infantil: idéias e práticas correntes. Repetição, memorização e associação. Do concreto ao abstrato. Atividades pré-numéricas. Jogos e aprendizagem de noções matemáticas. A criança e a Matemática. Objetivos. Conteúdos. Números e sistema de numeração. Contagem. Notação e escrita numéricas. Operações. Grandezas e medidas. Espaço e forma. Orientações didáticas. Jogos e brincadeiras. Organização do tempo. Bibliografia referencial: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - Volume 1 - Introdução. Volume 2 - Formação pessoal e social. Volume 3 - Concepção de Mundo (acessível através do site www.portal.mec.gov.br). Bibliografia Sugerida: Música na Educação Infantil (Teca Alencar de Brito - Ed. Peirópolis). Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (acessível através do site www.portal.mec.gov.br).

Conhecimentos Pedagógicos: Educação Inclusiva. Planejamento Escolar. Didática. Os objetivos sócio-pedagógicos. Os conteúdos escolares. Os princípios didáticos. Os métodos de ensino aprendizagem. As formas organizadas do ensino. Aplicação de técnicas e recursos. Controle e avaliação da aprendizagem. Disciplina e indisciplina na Escola. Psicologia da Educação. Ética no Trabalho Docente. Bibliografia sugerida: Teorias Psicogenéticas em Discussão (Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira e Heloísa Dantas - Summus Editorial); Didática (José Carlos Libâneo - Cortez Editora); Como desenvolver competências em sala de aula (Celso Antunes - Ed. Vozes); As inteligências múltiplas e seus estímulos (Celso Antunes - Ed. Papirus); Avaliação da Aprendizagem Escolar (Cipriano C. Luckesi - Cortez Editora); Indisciplina na Escola - Alternativas Teóricas e Práticas (Julio Grappa Aquino - Summus Editorial). Os sete saberes necessários à Educação do Futuro (Edgard Morin - Cortez Editora). Publicações Institucionais do Ministério da Educação (acessíveis através do site: www.portal.mec.gov.br); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Saberes e Práticas da Inclusão na Educação Infantil. Brincar para Todos.

Legislação do Ensino: Constituição Federal/88 - Artigos 5º a 16, 37 a 41, 205 a 214, 226 a 230. Lei federal nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei federal nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei federal nº 11.494/2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Sugestão de sites para obtenção do conteúdo: www.presidencia.gov.br/legislacao; www.portal.mec.gov.br.



Requerimentos

Nº 484/11 - De autoria da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, que convoca o Procurador Geral do Município, o Secretário Municipal de Finanças, o Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o Secretário Municipal de Governo e o Presidente do IPPLAP, convida o senhor Prefeito Municipal e outras autoridades, assim como toda a sociedade local, para Audiência Pública de apresentação e avaliação do Projeto de Lei Complementar nº 23/2011, que trata do aumento do perímetro do Parque Tecnológico de Piracicaba.

Nº 485/11 - De autoria do vereador André Gustavo Bandeira, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre a transferência de ponto de táxi e vaga destinada a pessoas com deficiência, localizado na Rua Moraes Barros, ao lado da Igreja Bom Jesus, no Bairro Alto.

EM SEGUNDA DISCUSSÃO

Projetos de Lei

Nº 77/11 - De autoria do vereador José Benedito Lopes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de mesas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em bares, lanchonetes, restaurantes e similares do Município de Piracicaba e dá outras providências com: Nova Redação. Emenda 01 à Nova Redação, do Ver. André Gustavo Bandeira.

Nº 177/11 - De autoria do vereador Dirceu Alves da Silva, que denomina de Missionários Xaverianos o Sistema de Lazer do Loteamento Jardim Água Branca, no Bairro Água Branca, (com Nova Redação).

Nº 185/11 - De autoria do vereador Carlos Gomes da Silva, que dispõe sobre a denominação de Frei Afonso Maria Lorenzon, via pública do loteamento Reserva das Paineiras, no Bairro das Ondas (com Nova Redação).

Nº 188/11 - De autoria do Vereador Carlos Gomes da Silva, que denomina de Rosário Jordão, via pública do loteamento Residencial Altos do Taquaral, Bairro Pompéia, (com Nova Redação).

Nº 190/11 - De autoria do Vereador Carlos Gomes da Silva, que dispõe sobre denominação de vias públicas no loteamento Reserva das Paineiras, no Bairro das Ondas, (com Nova Redação).

EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

Projeto de Lei

Nº 211/11- De autoria do Vereador Laercio Trevisan Júnior, que denomina de Bruno Nosella, via pública no loteamento Residencial Altos do Taquaral, no bairro Pompéia, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

HAVERÁ ENTREGA DA MOÇÃO Nº 121/11
AUTORIA – José Benedito Lopes
PARA - Sra. Érika Renata da Silva Oriani

1º ORADOR – ver. José Aparecido Longatto

- Fim -

“ Um pouco de você pode ser o tudo para alguém! Doe sangue, órgãos, tecidos e medula óssea”. Resolução nº 05/07

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que acha-se aberta nesta Câmara de Vereadores, a Licitação abaixo relacionada:

Modalidade: **Pregão Presencial n.º 43/2011**

Objeto: Aquisição de Material de Escritório.

Tipo : Menor preço por item .

Credenciamento: Dia **31/10/2011** das 09:00hs às 09:30hs no Plenário.

Início da Sessão Pública: Dia **31/10/2011** às 09:30hs no Plenário da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano, n.º 834 - Térreo - Piracicaba - Estado de São Paulo.

Informações e Edital completo à disposição no Setor de Contratos da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano n.º 834, subsolo, no horário das 08h00 às 11h00 e das 12h00 às 17h00, telefones: (19) 3403-7009 e (19) 3403-6529.

Piracicaba, 13 de outubro de 2011.

Maria Lucia da Silva Rodrigues
Pregoeira Oficial

PORTARIA No. 87, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

(Dispõe sobre nomeação de funcionária ocupante de cargo de provimento em Comissão).

JOÃO MANOEL DOS SANTOS, Presidente da Câmara de Vereadores de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art 1º Fica nomeada, **ANA ELOISA DA CONCEIÇÃO ROCHA**, para exercer em Comissão, o cargo de Assessora Parlamentar, sob o regime Estatutário, referência 5 - G, criado pela Lei no. 5.838, de 02 de outubro de 2006 alterada pelas Leis no. 5.904 de 28 de dezembro de 2006, Lei no. 5.965, de 27 de abril de 2007 e Lei no. 6.706 de 13 de abril de 2010.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Piracicaba, 10 de outubro de 2011.

JOÃO MANOEL DOS SANTOS
- Presidente -

Publicada no Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara de Vereadores de Piracicaba, em 10 de outubro de 2011.

KÁTIA GARCIA MESQUITA

- Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro -

COMDEF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

01/2011

A Prefeitura do Município de Piracicaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, convoca os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil para participarem das Pré Conferências e da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, a serem realizadas nas seguintes datas:

- **Pré Conferências:**

Dia 19/10 (Quarta-feira) das 13h00 às 17h00
Local: Museu Prudente de Moraes
Rua:Santo Antonio, 641 -Centro

Dia 20/09 (Quinta-feira) das 13h00 às 17h00
Local: Centro de Reabilitação
Rua Almirante Barroso, 500 – São Judas

- **IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:**

Dia 27 de outubro de 2011, das 13h00 às 17h00, nas dependências do Salão Nobre Helly de Campos Melges, da Câmara de Vereadores de Piracicaba sito a Rua: Alferes José Caetano , n.º 834, bairro Centro.

O objetivo da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é analisar, definir e deliberar sobre o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e, terá como tema: **“UM OLHAR ATRAVÉS DA CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS”**, contando com 02 (dois) eixos orientadores:

- 1º. Direitos civis e políticos;
- 2º. Direitos econômicos, sociais e culturais.

Nas Pré Conferências serão realizadas as discussões e votações de propostas para cada Eixo acima indicado, sendo 03 (três) Municipais, 01 (uma) Estadual e 01 (uma) Federal, e serão levadas para a aprovação e discussão na Plenária Final da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nas Pré Conferências, o público participante será dividido em 02 (dois) grupos de discussão, um para cada Eixo. Em Cada Pré Conferência será discutido e votado a quantidade de propostas retro descrita, sendo que fica autorizado a Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a compilação de todas as propostas que estiverem em duplicidade.

Serão indicados em cada Pré Conferência um representante que será o articulador entre a Comissão Organizadora, o COMDEF e o público participante para dirimir eventuais dúvidas que surgirem durante a realização dos trabalhos.

As inscrições/indicações para Delegados Estaduais serão feitas nos dias das Pré Conferências e deverão ser devidamente assinadas pelo representante legal da Instituição que estiver representando e entregue à Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sendo elas parte integrante do presente Edital.

Em cada Pré Conferência serão escolhidos 06 (seis) delegados, que serão votados na Plenária Final da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Os delegados eleitos representarão o Município na III Conferência Estadual.

Nas Pré Conferências serão indicados como candidatos a conselheiros, os seguintes representantes da Sociedade Civil:

- a) 3 (três)** representantes de organizações para pessoas com deficiências;
- b) 3 (três)** representantes de organizações de pessoas com deficiências ou pessoa com deficiência;
- c) 1 (um)** Cidadão com efetiva atuação, em nível Municipal, relativamente à defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, indicado por 3 pessoas com deficiência.

Os interessados em compor o Conselho Municipal de Proteção, Direitos e Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência – COMDEF, como conselheiros, representante da sociedade civil, que manifestarão o seu interesse nas Pré Conferências, deverão apresentar os seguintes documentos:

- Para os representantes constantes do item “a”:
Declaração do representante legal, com indicação como conselheiro, com nome completo, e comprovante de vínculo com a entidade.

- Para os representantes constantes do item “b”:
Especificamente os representantes das organizações de pessoas com deficiências, deverão apresentar a mesma documentação do item acima. Pessoas com deficiência não necessitarão apresentar indicação.

- Para os representantes constantes do item “c”:
Indicação por escrito, por no mínimo 3 pessoas com deficiência devidamente assinada, juntamente com documentos que comprovem a efetiva atuação na defesa da pessoa com deficiência.

É requisito obrigatório, para os que desejam participar da IV Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência com direito a voto, a participação em uma das Conferências Livres acima estabelecidas, contudo, deverá apresentar indicação por escrito, assinado pelo representante legal da Instituição que estiver representando.

Para maiores informações, os interessados deverão entrar em contato com a Secretaria do COMDEF no telefone/fax: (19) 3434-0461 ou (19) 3434-7137.

Piracicaba, 11 de outubro de 2011.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Anexo I – Ficha de Inscrição

Inscrição para Candidato a Membro do Conselho Municipal de Proteção, Direitos e Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência- COMDEF – Entidades
Gestão 2011-2013 -27 de Outubro de 2011
Telefones: (19) 3434.0461 / 3434.7137 – Fax (19) 3434.0461

Nome: _____ Endereço: _____ Município: Piracicaba Estado: SP
CEP : _____ Fone: (X) _____ Celular: (X)
E-mail: _____ Profissão: _____
Entidade / Órgão que representa: () RG ou () CPF
Pessoa com deficiência? () Sim / () Não
Tipo () Auditiva () Visual () Cognitiva () Física- Cadeirante? () S () N

Piracicaba, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do Representante Legal da Instituição

Anexo II – Ficha de Inscrição

Inscrição para Candidato a Membro do Conselho Municipal de Proteção, Direitos e Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência- COMDEF – Cidadão com efetiva atuação, em nível Municipal, relativamente à defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Gestão 2011-2013 -27 de Outubro de 2011
Telefones: (19) 3434.0461 / 3434.7137 – Fax (19) 3434.0461

Nome: _____ Endereço: _____ Município: Piracicaba Estado: SP
CEP : _____ Fone: (X) _____ Celular: (X)
E-mail: _____ Profissão: _____ () RG ou () CPF
Pessoa com deficiência? () Sim / () Não

Nós abaixo assinados, portadores de deficiência, Declaramos para os devidos fins que o (a) Sr. (a) _____, é pessoa com efetiva atuação à Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e indicamos o mesmo para a concorrer no Pleito Eleitoral Municipal do Conselho Municipal de Proteção Direitos e Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência – COMDEF. Esta pessoa compromete-se também a participar das Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e/ou eventos que façam parte do mandato, emitindo relatórios de participação para nos manter informados sobre as ações do COMDEF. Comprometemo-nos também em informar ao COMDEF caso essa pessoa não mais representar os interesses das Pessoas com Deficiência.
Para que produza eleitos legais firmamos a presente.

Nome: _____
RG: _____ CPF: _____ Tipo de Deficiência: _____

Piracicaba, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do Representante Legal da Instituição

Anexo III – Ficha de Inscrição

Inscrição 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
27 de outubro de 2011
Telefones: (19) 3434.0461 / 3434.7137 – Fax (19) 3434.0461

Declaramos para os devidos fins que o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Trabalho e Previdência Social Nº _____ Série ____ UF _____, RG nº _____ (órgão e data de emissão _____), CPF _____, é funcionário (a) da _____ CNPJ _____, localizada à _____ e está autorizado e liberado para participar como candidato (a) a Delegado (a) para concorrer no Pleito Eleitoral Municipal do Conselho Municipal de Proteção Direitos e Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência – COMDEF.

Esta Entidade também se compromete a liberar o (a) representante para o cumprimento do mandato, bem como para a participação nas Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e/ou eventos que façam parte do mandato.
Para que produza eleitos legais firmamos a presente.

Piracicaba, _____ de _____ de 2009.

Assinatura do Representante Legal da Entidade



DIÁRIO OFICIAL

Administração
Barjas Negri - Prefeito
Sérgio Dias Pacheco - Vice-prefeito

Jornalista responsável
João Jacinto de Souza - MTB 21.054

Diagramação
Centro de Informática
Rua Antonio Correa Barbosa, 2233
Fone: (19) 3403-1031
E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

Impressão
Gráfica Municipal de Piracicaba
Rua Prudente de Moraes, 930
Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 570 unidades

Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br